OS VÁRIOS PARANÁS:

IDENTIFICAÇÃO DE ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS COMO SUBSÍDIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

OS VÁRIOS PARANÁS

IDENTIFICAÇÃO DE ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS COMO SUBSÍDIO A POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CURITIBA
2006

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Nestor Celso Imthon Bueno - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*
Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*
Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*
Sachiko Araki Lira - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*
Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA
Diócles Libardi
Fernando Raphael Ferro de Lima
Maria Isabel de Oliveira Barion
Nelson Ari Cardoso
Ricardo Kingo Hino
Rosa Moura
Sandra Teresinha da Silva

Editoração
Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*
Estelita Sandra de Matias - *Revisão de Texto*
Léia Rachel Castellar - *Editoração Eletrônica*
Lucrécia Zaninelli Rocha - *Geoprocessamento*
Regia Toshie Filizola - *Capa*
Stella Maris Gazziero - *Diagramação e Tratamento de imagens*

Orientação Técnico-Metodológica
Carlos Antonio Brandão

I59v Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Os vários Paranás : identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2006.
90 p.

1. Desenvolvimento regional. 2. Plano de desenvolvimento. 3. Desenvolvimento econômico-social. 4. Desigualdades regionais. 4. Paraná. I. Título.

CDU 332.14(816.2)

PREFÁCIO

Os Vários Paranás: Identificação de Espacialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional, que ora se apresenta, é a síntese de um conjunto de estudos sobre a realidade econômica, social, territorial e institucional do Estado do Paraná. Embora sintético, o que facilita a divulgação e a leitura, o documento está sustentado em vários trabalhos temáticos e setoriais, elaborados por uma equipe multidisciplinar, o que o fundamenta e o enriquece. Desta forma, o leitor interessado em aprofundar sua análise em temas ou aspectos específicos poderá recorrer aos documentos originais que serviram de base para a elaboração do presente texto, disponíveis no IPARDES.

O documento é, ao mesmo tempo, profundo, abrangente e inovador. Profundo porque desce às especificidades do território e de seus municípios, analisando suas características econômicas, sociais e institucionais. Isto permite identificar a força e as potencialidades econômicas de determinados setores e regiões, e os desafios sociais e sua vinculação territorial, como os marcos reguladores das contradições do processo de desenvolvimento. Está sustentado em um moderno instrumental teórico e no resgate de um conjunto de estudos e documentos setoriais e temáticos sobre a realidade econômica, social e territorial do Paraná.

O documento é abrangente por caracterizar o conjunto do Estado, por intermédio de uma tipologia de diferenciação do seu espaço, segundo as características da rede urbana, da estrutura econômica, da dinâmica demográfica e de indicadores sociais selecionados. A tipologia de diferenciação, ao identificar a hierarquia dos espaços em três espaços territoriais relevantes, quatro espaços de menor relevância, dois espaços de mínima relevância e os municípios com indicadores sociais críticos, permite uma correta orientação aos formuladores das políticas públicas e aos agentes econômicos e sociais na identificação das potencialidades e dos desafios para o

desenvolvimento do Estado. Ao mesmo tempo, permite orientar as políticas na busca de um melhor ordenamento territorial do Estado e a seleção das prioridades do investimento na infra-estrutura urbana, na logística e na infra-estrutura social. Permite, também, ver a diversidade não como problema, mas como potencialidade.

O caráter inovador do trabalho está na introdução da dimensão institucional e da caracterização dos chamados ativos institucionais. As modernas análises do processo de desenvolvimento contemporâneas ressaltam a importância do sistema institucional, pelo entendimento de que é do entrelaçamento e da ação do conjunto de instituições (públicas, privadas e da sociedade civil) que emerge o processo de desenvolvimento. Processo este permeado por permanentes contradições das relações econômicas e sociais e dos conflitos entre interesses múltiplos. É inovador, também, por introduzir a dimensão territorial como sujeito e elemento ativo no processo de desenvolvimento e como instância reguladora das relações de produção, das quais deriva a dinâmica da construção do espaço e da divisão territorial e social do trabalho e das eventuais tensões geopolíticas, manifestada nas "guerra dos lugares" e de seus agentes, mesmo dentro de um Estado federado.

Nesse sentido, o documento traz uma contribuição central para a política estadual de desenvolvimento regional para o conjunto do território do Estado do Paraná e de suas vinculações com os estados e países vizinhos. Indica os caminhos para a busca de uma sociedade que aproveite suas potencialidades de riqueza mas, ao mesmo tempo, reduza as desigualdades territoriais e sociais e caminhe no sentido de maior justiça social e maior harmonia do seu povo.

Sugiro a leitura atenta do presente texto e parabenizo a equipe do IPARDES e ao Governo do Paraná por tal iniciativa, esperando que ela seja vista como caminho metodológico para uma contínua e recorrente relação entre diagnóstico e ação.

Clélio Campolina Diniz

APRESENTAÇÃO

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) vem realizando estudos sobre a condição socioeconômica e institucional do Paraná, com vistas a subsidiar políticas de desenvolvimento regional para o Estado. Esses estudos apontaram para um território diverso, concentrado e desigual, compondo espacialidades com certo grau de homogeneidade em seu interior. Tais espacialidades, expressando dinâmicas próprias, passaram a ser compreendidas como Vários Paranás, cuja integração resulta da história e sustenta a dinâmica do território.

Os resultados que levaram a essa compreensão encerram a primeira etapa de uma pesquisa em andamento,[1] que, mais que oferecer conclusões, traz à luz questões a serem exploradas nas etapas subseqüentes. Mesmo assim, constitui uma contribuição a outros estudos e à definição de políticas públicas, pois culmina na identificação e caracterização das diferentes realidades existentes no Paraná.

Na construção do estudo, tomou-se como ponto de partida os trabalhos: *Paraná. Diagnóstico Social e Econômico* (IPARDES, 2003c); *Leituras Regionais* (IPARDES, 2004b); *Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná* (IPARDES, 2005d), este realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Instituto Ambiental do Paraná; e *Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná* (IPARDES, 2005b), em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento.

Dadas as diferenças de natureza e objetivos, muitas análises tiveram de ser revistas, principalmente porque se optou, neste trabalho, pela desagregação dos dados

[1] O relatório completo, com os resultados preliminares desta pesquisa, encontra-se em IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005f. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf

ao nível de município. Pretendia-se, com isso, que as diversas realidades socioeconômicas do Estado emergissem da investigação.

Assim, este documento compreende estudos novos e complementares aos já realizados pelo IPARDES, e está organizado em três partes. Na primeira apresenta as espacialidades do Paraná, identificadas através de um conjunto de dados econômicos, institucionais e sociais. Na segunda parte, caracteriza as espacialidades identificadas a partir da síntese dos indicadores empregados no estudo sobre a dinâmica populacional, o processo de urbanização e os diversos ativos institucionais presentes no Estado. Esse conjunto de informações possibilitou apontar as instituições que deverão ser acionadas quando da formulação de políticas de desenvolvimento regional. Na terceira parte, introduz questões e pontos preliminares para uma agenda de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma primeira aproximação do estudo do desenvolvimento regional paranaense. Tendo por base dados secundários e o uso de indicadores, que têm a propriedade de homogeneizar situações e realidades, este estudo apresenta o cenário e a dinâmica regional mais ampla, aos quais as municipalidades estão submetidas. Deixa para uma segunda etapa a análise mais detalhada dos elementos específicos que particularizam cada município do Estado ou as determinações reais simples que tornam singular cada obstáculo ao seu desenvolvimento.

Para subsidiar uma política de desenvolvimento regional deve-se obrigatoriamente proceder a pesquisas empíricas, discussões regionais, reuniões com lideranças técnicas e políticas e outros procedimentos que busquem agregar a vivência e as contribuições da sociedade paranaense. Todavia, a realização de um trabalho com essa intenção é muito mais rica e produtiva se antecipada por estudos que levantem questionamentos, potencialidades e constrangimentos possíveis pela análise dos dados secundários. Este documento busca também cumprir esta finalidade.

O presente trabalho sintetiza a etapa inicial de identificação dos Vários Paranás e, portanto, está aberto a críticas, revisões e sugestões. O compromisso de entender o Paraná com toda a sua heterogeneidade é tarefa individual e coletiva, que diz respeito aos diversos segmentos do Estado, públicos ou privados, independentemente da sua área de atuação. Assim, espera-se que este estudo não seja somente lido, mas também debatido pela sociedade paranaense para que ele se adense e legitime como subsídio real da Política Estadual de Desenvolvimento Regional de todos os paranaenses.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 3

APRESENTAÇÃO 7

1 OS VÁRIOS PARANÁS: EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO 9

1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ESPACIALIDADES DE RELEVÊNCIA ECONÔMICA E INSTITUCIONAL ... 17

1.2 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS 25

2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RELEVANTES 31

2.1 PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE 31

2.2 SEGUNDO ESPAÇO RELEVANTE 43

2.3 TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE 48

2.4 DEMAIS MUNICÍPIOS 54

2.4.1 Espaço Especializado do Centro-Oriental 55

2.4.2 Porção Noroeste 57

2.4.3 Porção Sudoeste e Sul 58

2.4.4 Guarapuava e Campo Mourão 59

2.4.5 Espacialidades com Mínima Relevância 60

3 ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 63

REFERÊNCIAS 72

MAPAS E FIGURAS 75

1 OS VÁRIOS PARANÁS: EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO

Inúmeros recortes regionais coexistem no Paraná, como aqueles adotados pelo IBGE (mesorregião geográfica ou microrregião geográfica), ou os de ordem política (associação de municípios) ou administrativa (regiões administrativas e regionalizações das várias secretarias setoriais do Estado). Cada um deles se volta aos objetivos específicos das instituições que os constituíram.

Para efeitos de pesquisa, o IPARDES usualmente adota os recortes do IBGE, dada a possibilidade de desenvolver séries históricas e comparações com os demais estados brasileiros. Contudo, a prática do planejamento e a gestão regional exigem a identificação de recortes que guardem maior relação com o funcionamento da economia e da sociedade e suas articulações no espaço, ou seja, com a formação regional do Paraná, que não coincidem necessariamente com os recortes meso e microrregionais.

De certo modo, estudos já realizados pelo IPARDES (IPARDES, 2003c; IPARDES, 2004b) apontam nítidas desigualdades inter e intra-regionais no território paranaense, num quadro típico de subdesenvolvimento. Nesses espaços, desenrolam-se marcantes interesses sociais, onde o econômico e o político se fusionam. As diferentes espacialidades são produtos dessas articulações, não sendo estáticas, mas se engendrando constantemente no espaço, com conexões resultantes de fatores hegemônicos e de ações do Estado. Em algumas porções do território, tais articulações se manifestam com maior intensidade, em função da presença de técnicas, informações, comunicações, transportes, indústria, entre outros fatores que organizam e desorganizam os distintos espaços (SANTOS, 1999). Ademais, a adoção de sistemas técnicos em uma área (um país ou uma grande região) não é igualitária por ser condicionada pelas diferentes possibilidades dos investimentos – sejam econômicos, políticos ou culturais – a serem realizados pelos agentes hegemônicos.

A fim de compreender e identificar as diversas espacialidades presentes no Paraná, tomou-se como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. Essa categoria permite conhecer os ramos da produção, os tipos e níveis de articulação que eles estabelecem entre diferentes atividades e sua localização no território. Por conseguinte, análises realizadas sob esse enfoque deixam evidente a necessária base espacial/territorial, subjacente à discussão regional.

As análises realizadas para compreensão dessa dinâmica socioeconômica e institucional do Estado do Paraná evidenciaram a existência de situações diversas no interior desse território, abordadas como Vários Paranás (IPARDES, 2005f), que representam espaços com expressão econômica e institucional, em diversos níveis, e espaços socialmente críticos. As mesmas análises evidenciaram também a coexistência de indicadores sociais críticos nos espaços de expressão econômica e ressaltaram que, por mais que estes possam parecer homogêneos, a heterogeneidade permanece em seus interiores. Entre um e outro espaço há um gradiente de situações que espelha a desigualdade nas condições de vida da população e de geração de excedentes econômicos.

É o grau de inserção ou exclusão na divisão social do trabalho que desenha os Vários Paranás, e sua expressão no território configura os seguintes recortes espaciais (mapa 1):[2]

Espacialidade com máxima relevância

- Uma espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá, denominada 1.º espaço relevante. Esta espacialidade participa, na divisão social do trabalho, de forma mais integrada nacional e internacionalmente, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no que se refere ao poder econômico, político e ideológico. Pode ser considerado um espaço receptor e difusor das decisões,

[2] Apesar dos nomes de algumas espacialidades remeterem às mesorregiões geográficas do IBGE, estas referências são de caráter apenas geográfico.

inovações, mensagens e capitais internacionais e outros, constituindo-se no principal interlocutor entre o Paraná e a esfera nacional e internacional. Tais condições resultam na reprodução, nessa espacialidade, das características concentradoras decorrentes de sua localização privilegiada para o desempenho de atividades ligadas aos segmentos modernos da Indústria e dos Serviços, pertinentes ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Espacialidades com elevada relevância

- Aglomerações de Londrina e Maringá, denominadas 2.º espaço relevante. Embora no passado tenha sido a espacialidade com melhor desempenho econômico do Estado, em função de sua pujante atividade agrícola, a partir dos anos 1970 passa a perder posições relativas para o 1º espaço. Historicamente, sustenta uma matriz produtiva diversificada, que se assemelha ao 1º espaço, mantendo, contudo, uma distância abismal nos volumes de geração de riquezas, ativos institucionais, e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. Outra distinção com relação àquele espaço é que as atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa no total da sua produção. Ainda assim, o papel desta espacialidade vem se modificando, dada a diversificação da indústria, a evolução das atividades ligadas às telecomunicações, à consolidação de um meio educacional e de pesquisa que têm importância internamente e além das fronteiras do Estado, com laços históricos ainda presentes com São Paulo. Nessa espacialidade, ao mesmo tempo em que se constata uma unidade no desempenho de sua função na divisão social do trabalho, distinguem-se relações que irradiam de uma condição de bipolaridade, impondo sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste.
- Porção Oeste, considerada 3.º espaço relevante, tendo Cascavel como vértice de vetores para Foz do Iguaçu e para Marechal Cândido Rondon. Em grau de importância, esta espacialidade guarda menor distanciamento com o 2.º espaço do que este para com o 1.º espaço relevante, diferenciando-se nitidamente de ambos. Sua articulação à divisão social do trabalho se dá a partir de um número menor de atividades, ligadas, fundamentalmente, à

produção agroindustrial, assim como aos serviços. Sua posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná com os países do Mercosul.

Espacialidades com média relevância

- Espaço especializado do Centro-Oriental, com nítidos vínculos nacionais e internacionais, em função da atividade papeleira. É composto por poucos municípios, porém em número crescente, dada a necessidade de expansão do uso da terra, mantendo presente a função do Paraná no desempenho de atividades que requerem a utilização de recursos naturais. A forte especialização e a natureza da atividade, com baixa capacidade de geração de emprego, renda e consumo, portanto, de indução de atividades de comércio e serviços, tornam este recorte economicamente relevante circundado e até infiltrado por extensas áreas socialmente críticas. Seus vínculos externos resultam, assim, em relações verticalizadas, sem engendrar sinergias regionais.
- Porção Noroeste, englobando, principalmente, Umuarama, Paranavaí, Cianorte e outros municípios do entorno desses. Tais municípios destacam-se com menor relevância, porém exercendo papel central no desempenho de funções mais complexas e modernas em uma região que mantém base agropecuária. Nessas centralidades, começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2.º espaço, seja pelos vínculos históricos do caminho da ocupação, seja pela própria expansão das atividades, num movimento do capital a partir do Norte Central, todavia num estágio relativamente mais atrasado. Apontam para a possibilidade de estarem constituindo articulações na própria região, sem perderem, ainda, a condição de expulsores de população, dando indícios de que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente.
- Porção Sudoeste, articulando municípios que historicamente funcionaram como "portas de entrada" dos vetores de atividades oriundas dos estados do Sul. A região se insere, assim, na divisão social do trabalho, pela entrada da

força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária. Tentam ampliar sua integração nacional e internacional pela inovação e diferenciação de produtos e atividades do Setor Primário (vinhos, embutidos etc.), em função de seus reduzidos capitais. Poucas e novas indústrias surgem em busca de alternativas para inserção econômica nessa condição, colocando-se como tentativas locais de diversificação, porém sem manifestar, ainda, condições de aglutinar e otimizar excedentes mais expressivos, sofrendo as barreiras impostas pela própria estrutura.

- Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão, constituindo-se em pontos economicamente relevantes centrados em porções do território que não manifestam condições similares. Funcionam como receptáculos da produção do entorno, o que, pela natureza, não permite impulsionar uma estrutura econômica e social horizontalizada. Em Guarapuava, a estrutura da terra em grandes propriedades, a presença de atividades com baixo potencial gerador de emprego – basicamente a soja, e, mais ao sul, o extrativismo – e incapazes de desencadear outras atividades, além do baixo potencial para o uso agrícola, contribuem para o baixo dinamismo regional. Ademais, historicamente, proprietários dessas extensas porções fundiárias sempre remeteram para fora os excedentes obtidos com a exploração da terra. Os poucos excedentes que permanecem na região centram-se em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida, também, pela localização privilegiada num dos mais importantes corredores viários do Estado. Daí a pobreza do entorno, disseminada em pequenas propriedades relegadas às partes menos férteis e com piores condições de produção. Mesmo assim, percebem-se movimentos, ainda que muito tímidos, na busca de inserção diferenciada na divisão social do trabalho. Com outras características, Campo Mourão tem como explicação da verticalidade das relações o fato de sediar a Coamo, colocando-se sob comando dessa importante unidade empresarial. Extrai significativo excedente de seu entorno, o que lhe assegura expressão econômica e política e lhe permite instrumentalizar sua estrutura de comércio e de serviços, estreitando seus vínculos externos, porém sem grandes desdobramentos regionais.

Espacialidades com mínima relevância

- Fronteira com o Estado de Santa Catarina, tendo a positividade da sinergia das relações fronteiriças permeada por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre centros urbanos dos dois estados. Reproduz, em parte, a história de ocupação do Centro-Sul paranaense, pautada no extrativismo; representa um vetor de entrada das atividades econômicas catarinenses; e recebe os efeitos da dinâmica econômica metropolitana, nesse caso facilitados pela infra-estrutura viária.
- Norte Pioneiro, contando uma história de apogeu e decadência ligada à economia cafeeira, que legou a possibilidade de consolidação de poucos mas importantes ativos institucionais. Essa porção do Paraná estabelece fortes vínculos com o Estado de São Paulo.

Nessas duas espacialidades mesclam-se condições de relevância e criticidade, pois alguns municípios parecem apontar que a atividade econômica neles desenvolvida é insuficiente para melhorar as condições sociais da população (caso mais perceptível na porção fronteiriça com Santa Catarina). Outros, embora apresentem melhores condições sociais, não demonstram qualquer expressão econômica ou institucional (caso da porção fronteiriça com São Paulo).

Espacialidades socialmente críticas

- Municípios sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração e com nítida precariedade social fazem-se representar pela extensa porção central do Estado e pela porção Vale do Ribeira/ Guaraqueçaba. Esparsamente, situam-se municípios em condições críticas em outras porções do Estado. Essas áreas em nenhuma hipótese estão dissociadas dos espaços economicamente relevantes, colocando-se em posições limites a esses e, também, permeando-os, participando, em grande medida, de sua dinâmica como periferias. Relegados inicialmente pelas restrições do solo à produção agrícola, funcionam como reservas para expansão física das atividades dos espaços relevantes, sendo incorporados aos poucos, com apoio de tecnologia e infra-estrutura. Exemplo disso é o resgate produtivo do extremo Noroeste do Estado, restringido historicamente

pelo substrato físico formado pelo arenito caiuá – fortemente suscetível à erosão, mas controlado com uso de tecnologias e manejo adequados – ou pela latente possibilidade de ampliação da produção agrícola no Vale do Ribeira, a partir da adequação do sistema viário, que restringe a circulação de mercadorias. Ressalta-se que, somadas à limitação física, barreiras políticas também se colocam como obstáculos à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital.

A heterogeneidade dos recortes identificados anteriormente aponta os caminhos de entrada da dinâmica posta pela divisão social do trabalho, evidenciando que a inserção do território estadual, ou de suas porções, deu-se como fruto de um movimento vindo de fora do Estado. Esse modo de inserção fragiliza a ação do Estado no encaminhamento de suas decisões, reforçando-se como receptor, sem dominar ou controlar essa expansão ou seus efeitos sobre o território.

Confirma-se, assim, que essas distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. São notórios os espaços de mando e os espaços de obediência, assim como as relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças – mais fortes com Santa Catarina, mais tênues com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Convém alertar que o desenho dessas espacialidades resulta de um primeiro exercício, cabendo ajustes e confirmações na seqüência dos trabalhos. Ressalta-se, assim, seu caráter provisório, contudo essencial para introduzir e provocar o debate estadual sobre ação regional no território, sem perder de vista as considerações sobre a dinâmica de formação do espaço regional e a existência efêmera e sobreposta de suas fronteiras.

Espacialmente, as situações percorrem um amplo espectro, abarcando desde grandes conjuntos de municípios, conjuntos mais dispersos, e indivíduos (aqui, referindo-se a municípios) que se caracterizam pela concentração, pelo desempenho de atividades diversificadas ou especializadas, mas com forte possibilidade de geração de riqueza, até conjuntos que exprimem carência, dependência e pobreza. Reitera-se, todavia, que mesmo nos primeiros, situações de carência, dependência e pobreza são visíveis, tanto no âmbito de municípios quanto no de porções intramunicipais.

Os primeiros foram caracterizados como espaços econômicos relevantes[3], tendo identificadas suas centralidades e as características principais de sua base produtiva. No contraponto, extensões contínuas de municípios revelam um aparente alheamento das dinâmicas principais, uma absoluta privação na atenção à população por serviços de saúde, saneamento, educação e moradia e condições de extrema pobreza, aqui denominados espaços socialmente críticos. Ademais, há muitos municípios assentados em substratos naturais pouco aptos ou inaptos ao aproveitamento econômico, sem apoio de tecnologia e manejo adequados.

Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente da natureza do modo de produção vigente: concentrador, seletivo e excludente. A dinâmica engendrada por esse modelo adentra o Paraná, que se insere na divisão social do trabalho especialmente a partir de seu potencial em recursos naturais. Ao longo do tempo, o Estado consolidou seu papel centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. Sua inserção na divisão social do trabalho brasileira sofre as limitações da proximidade com São Paulo e do peso econômico e político de lá emanado, o que faz com que o Paraná exerça um poder minimizado, tornando-se objeto de decisões tomadas fora de seu território.

Internamente, o Estado incorpora, produz e reproduz a desigualdade em sua estrutura social e econômica. Assim, a integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com este, à do mundo dá-se heterogeneamente, tornando mais ou menos integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercados, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando, a seu modo, a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando.

Ao se considerar as relações econômicas, sociais e políticas que estabelece, verifica-se que o Paraná se insere na dinâmica nacional e internacional, fundamentalmente, por meio dos três principais espaços, articulados pelo sistema rodoviário principal, quais sejam: o que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba; o que se alonga no norte central, polarizado por Londrina e por Maringá; e o que se projeta no oeste, a partir

[3] A idéia de espaço econômico relevante foi tomada de Diniz e Crocco (1996), que a usaram na identificação das aglomerações industriais relevantes.

de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Ressalta-se o elevado desnível entre esses espaços, com nítida concentração no primeiro. Os demais espaços inserem-se desempenhando papéis mais especializados, enquanto outros permanecem à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, colocando-os na posição de espaços socialmente críticos.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ESPACIALIDADES DE RELEVÊNCIA ECONÔMICA E INSTITUCIONAL

Três ordens de estudos consubstanciaram a identificação das espacialidades consideradas economicamente relevantes. Uma delas resgatou considerações da análise da urbanização, migrações e rede de cidades, tendo como suporte estudos realizados pelo IPARDES (2000; 2003c) e outros (IBGE, 2000; IPEA, 2002; MOURA e MAGALHÃES, 1996; MOURA e WERNECK, 2001; MAGALHÃES, 2003; MOURA, 2004), que trataram da transição demográfica paranaense, da dinâmica da população avaliada nos movimentos migratórios e pendulares, na organização da rede de cidades, suas principais centralidades e hierarquia dos centros.

A segunda ordem de estudos considerou os setores da economia, explorando mais profundamente informações da base de dados disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Analisou vários níveis de agregação do valor adicionado fiscal (VAF), as empresas com faturamentos entre os 300 mais elevados no Estado, as articulações produtivas com outras regiões e o mercado de trabalho.

A terceira ordem de estudos voltou-se ao levantamento de ativos institucionais agrupados, para efeito de análise, em infra-estrutura técnico-científica, aqui entendida como institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior; infra-estrutura de comunicação, composta por rádios, jornais, televisão e revistas; representações políticas e da sociedade civil; e cooperativas agropecuárias e de crédito.

A produção agropecuária, embora tenha sido a base do processo de industrialização do Paraná, e ainda, apesar de se articular diretamente com parcela

significativa do seu parque industrial, através das agroindústrias, não compôs uma quarta ordem de estudos, mas encontra-se implicitamente contemplada nas análises da indústria. Veículo da ocupação territorial do Estado e principal atividade econômica, até meados dos anos 1970, setorialmente, em 2002, a agropecuária respondeu por aproximadamente 16% do PIB estadual. Considerada em conjunto com a produção agroindustrial e com as atividades vinculadas, estima-se que a participação desse setor alcance 35% do total do PIB em 2005. Ainda assim, atualmente, com o território praticamente ocupado, e com a predominância de elevado nível tecnológico nas atividades agropecuárias, a possibilidade de ciclos de crescimento virem a se basear na produção agropecuária é quase nula, apesar do peso desse conjunto de atividades na economia do Paraná.

Para identificação dos espaços economicamente relevantes, entre os indicadores utilizados para cada análise temática do trabalho foram selecionados os mais expressivos das dinâmicas e particularidades. Em seguida, foram classificados e mapeados, de modo a destacar as situações mais relevantes. A sobreposição dessas informações permitiu uma síntese dos municípios com maior incidência nas classes principais.

Inicialmente, entre as informações econômicas, foram considerados os indicadores de participação do município na formação do VAF estadual total, da indústria e dos serviços; no emprego formal total do Estado; no número de empresas e na participação no faturamento total das 300 maiores empresas do Paraná[4] (tabela 1). Esses indicadores foram classificados, e para cada classe foi atribuído um número de pontos, correspondendo a intervalos do percentual de participação.

TABELA 1 - INDICADORES E CLASSES DE RELEVÂNCIA ECONÔMICA

INDICADOR	N.º MUN. QUE SOMAM 50% E MAIS DO TOTAL DO INDICADOR	N.º MUN. COM PARTICIPAÇÃO >=0,25% A <1,00%	N.º MUN. COM PARTICIPAÇÃO >=1,00%	TOTAL DE MUNIC. RELEVANTES (Part. >=0,25%)
Faturamento das empresas - 2002	7	31	15	46
Número de empresas - 2002	4	56	12	68
Emprego formal - 2003	6	37	15	52
VAF Total - 2003	5	33	15	48
VAF Indústria - 2003	3	29	14	43
VAF Serviços - 2003	2	16	8	24
SOMATÓRIA	-	(1)60	(2)18	78

FONTES: SEFA, RAIS
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.
(1) Somam entre 1 e 12 pontos.
(2) Somam mais de 12 pontos.

[4] A participação do faturamento das empresas presentes no município integrantes do conjunto das 300 maiores empresas do Estado foi apresentada sob dois aspectos: no total do faturamento das 300 maiores empresas do Estado; e no total do faturamento da indústria no Estado.

A concentração foi a principal característica revelada pelos indicadores analisados. O VAF dos Serviços em 2003 apresentou maior concentração, com apenas 24 municípios com participação superior a 0,25%,[5] entre os quais somente Curitiba e Paranaguá respondem por 63,17% do total do Estado (desconsiderando os serviços públicos, que acentuam ainda mais esse perfil). Vem seguido do VAF da Indústria para o mesmo ano, no qual Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais somam 50% do total. As empresas entre as 300 maiores do Estado estão presentes num conjunto comparativamente menos concentrado: 68 municípios. No entanto, enquanto em 36 deles há apenas uma empresa, em Curitiba encontram-se 69.

A somatória resultante, que estabelece uma escala da relevância econômica de cada município na dinâmica analisada, abre um leque de 78 municípios que possuem, no mínimo, uma grande empresa e que apresentaram participação superior a 0,25% em algum dos indicadores. Desses, apenas 18 foram classificados em posição de maior destaque no que se refere ao desempenho econômico paranaense, sendo que sua distribuição no território ressalta o papel das aglomerações acompanhando e sedimentando a economia do Estado.[6]

Tal distribuição assume um comportamento padrão: compõe manchas que se alongam ou se ajustam às principais centralidades do Estado, com destaque ao conjunto Paranaguá, aglomerado metropolitano de Curitiba, Ponta Grossa (1.º espaço), aglomerados de Londrina e de Maringá (2.º espaço), Cascavel, num vértice para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço); e outros municípios formando conjuntos descontínuos, como ocorre no Norte Pioneiro, no Centro-Oriental, no Sudoeste e porção sul, no Noroeste, ou individualizados, como Campo Mourão e Guarapuava (mapa 2).

Para auxiliar a identificação das espacialidades relevantes foram agregados indicadores selecionados entre os contemplados para a análise dos ativos institucionais. Consideraram-se os mais significativos nesta etapa do trabalho os referentes à presença da infra-estrutura técnico-científica, ou seja, institutos e fundações de pesquisa,

[5] A escolha do limite inferior em 0,25%, quando em participações no total do Estado, deve-se ao pressuposto de que, numa situação igualitária, considerando os 399 municípios paranaenses, essa participação hipotética seria de aproximadamente 0,25%. No caso de séries históricas, esse marco de corte foi mantido, mesmo reconhecendo que o número de municípios do Estado é menor entre os anos 1970 e 1991.

[6] São eles, em ordem decrescente de relevância: Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Paranaguá, Araucária, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Pinhais, Guarapuava, Toledo, Campo Largo, Foz do Iguaçu, Arapongas, Colombo, Apucarana, Telêmaco Borba e Campo Mourão.

desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior (tabela 2). Os dados da tabela confirmam a concentração espacial, dando ainda maior conteúdo à relevância de determinados espaços.[7]

TABELA 2 - INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA - 2005

INFRA-ESTRUTURA	N.º MUN. COM MAIS DE UMA INFRA-ESTRUTURA	N.º MUN. COM APENAS UMA INFRA-ESTRUTURA	N.º MUN. SEM INFRA-ESTRUTURA	TOTAL DE MUNIC. COM INFRA-ESTRUTURA
Parque tecnológico	0	5	394	5
Incubadora	3	10	386	13
Instituições e fundações de pesquisa	5	31	363	36
Instituição de ensino superior	31	47	321	78
SOMATÓRIA[1]	(1)39	(2)49	311	88

FONTE: SETI
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.
(1) Pode acumular os quatro tipos de infra-estrutura.
(2) Apresenta apenas um entre os quatro tipos de infra-estrutura.

A maior concentração verificada foi a dos Parques Tecnológicos, instalados em apenas cinco municípios – Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Londrina –, a maioria localizada no 3.º espaço. Em seguida aparecem as incubadoras tecnológicas, presentes em 13 municípios paranaenses, sendo que aproximadamente 43% delas se encontram em Curitiba e Ponta Grossa. As instituições e fundações de pesquisa estão presentes em 36 municípios, entre os quais Curitiba, Londrina, São José dos Pinhais, Cascavel e Pato Branco respondem por quase 37% do total destes ativos no Estado, enquanto em 31 municípios a sua presença é unitária. Apesar de melhor distribuídas, as instituições de ensino superior, presentes em 78 municípios, estão concentradas em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em síntese, a incidência dos indicadores técnico-científicos deu-se, com pequenas exceções, nas mesmas espacialidades detectadas como de relevância econômica. No 1.º espaço, Curitiba e Ponta Grossa concentram 27,7% desses indicadores, seguidos de Londrina e Maringá, com 9,7% (2.º espaço), e Cascavel e Foz do Iguaçu, com 7,3% (3.º espaço) – mapa 3. A distribuição da infra-estrutura de comunicação, representações políticas e da sociedade civil, e cooperativas agropecuárias e de crédito reforça esse padrão.

[7] O estudo preliminar *Os Vários Paranás* (IPARDES, 2005f), que deu origem a esta publicação, assume todo o conjunto de ativos institucionais.

Além dos indicadores de relevância econômica e da infra-estrutura técnico-científica, a classificação dos municípios como principais centralidades da rede urbana paranaense garante ainda maior sustentação à demarcação dos espaços relevantes.

A identificação dos municípios que representam as principais centralidades do Estado pautou-se em metodologia do Observatório das Metrópoles (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005), que entende a centralidade não apenas como mera representação de um posicionamento físico central ou da elevada concentração de pessoas ou riqueza sobre um ponto, em relação à sua área de abrangência espacial. Sem descartar essas condições, compreende centralidade como espaço de convergência da complexidade e diversidade de funções e do mercado de trabalho. Dentre as centralidades, destacam-se aquelas com perfil metropolitano, que somam a essas características o desempenho do papel de comando e coordenação em relação à rede urbana, assim como a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados, a oferta de bens e serviços mais raros, o poder de direção, na localização de sedes de grandes corporações, e o exercício da gestão pública.

A identificação e classificação das centralidades paranaenses considerou indicadores do tamanho e concentração da população total estimada para 2004; o número de agências bancárias e o volume total de operações bancárias/financeiras em 2003; a massa de rendimento mensal, o número de empregos formais em atividades de ponta (inserção na nova economia), compreendendo atividades produtivas de maior conteúdo tecnológico, de coordenação e comando (conforme classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE); o número de sedes de empresas classificadas entre as 300 maiores do Paraná, em 2003; o movimento aeroportuário de passageiros em 2003, como fluxo que demonstra "serviço raro", e o movimento pendular da população em 2000.

Esse conjunto de informações foi organizado contemplando todos os municípios paranaenses e, num processo classificatório, foram atribuídos pontos que, somados, resultaram numa escala na qual os patamares mais elevados corresponderam a posições de maior capacidade no exercício de funções representativas de centralidade (IPARDES, 2005f). Além da metrópole, foram identificadas três categorias de centros, assim como a condição de municípios subordinados, na qual se enquadraram 91% dos municípios do Paraná (figura 1).

Curitiba sempre se colocou em posição de destaque no conjunto das informações estudadas, detendo, com raras exceções, mais que o dobro dos pontos do município subseqüente, tendo cumprido as condições de caracterização de uma metrópole e confirmado a posição detectada na hierarquia nacional, segundo o IPEA (2002). Esta posição adquire maior relevância ao conjugar, no cômputo dos indicadores, os municípios de seu entorno (quadro 1).

QUADRO 1 - HIERARQUIA DE CENTROS - PARANÁ

MUNICÍPIO	SOMATÓRIA		MUNICÍPIO	SOMATÓRIA
Centros e aglomerados			Centros não-aglomerados	
Curitiba	44		Paranaguá	27
São José dos Pinhais	38		Guarapuava	27
Araucária	29		Campo Mourão	24
Pinhais	27		Telêmaco Borba	24
Colombo	26		Umuarama	24
Campo Largo	25		Paranavaí	22
Almirante Tamandaré	21		Pato Branco	22
Londrina	39		Francisco Beltrão	21
Apucarana	25		Cianorte	21
Arapongas	26		Cornélio Procópio	21
Rolândia	24		União da Vitória(1)	21
Cambé	23			
Maringá	38		Categorias	
Foz do Iguaçu	35		Metrópole	Mais de 40 pontos
Cascavel	33		Centro categoria 1	35 a menos de 40
Toledo	25		Centro categoria 2	25 a menos de 35
Medianeira	20		Patamar intermediário	20 a menos de 25
Ponta Grossa	30		Município subordinado	Menos de 20
Castro	20		(369 mun. subordinados)	

FONTE: IPARDES
(1) Configura aglomeração com Porto União, em Santa Catarina (IPARDES, 2000).

A rede das principais centralidades interconecta-se apoiada pelo sistema viário principal do Estado, o qual, relativamente, apresenta as melhores condições de trafegabilidade. Curitiba e sua aglomeração constituem o principal nó viário do Estado. Por seu interior passam as rodovias BR 277, que corta o Paraná de leste a oeste, ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, servindo centros como Guarapuava e Cascavel; a BR 376, que corta o Paraná do extremo noroeste até a divisa com Santa Catarina, de onde prossegue como BR 101, articula os centros Paranavaí, Apucarana, Maringá, Ponta Grossa, passando por Curitiba e rumando em direção a Joinville; a BR 116, que faz a conexão entre o Estado de São Paulo e o sul do Brasil; e, também ligando São Paulo ao sul, ainda que precariamente no trecho ao norte de Curitiba, a BR 476, que atravessa a aglomeração metropolitana de Curitiba na direção de União da Vitória (mapa 4).

As centralidades do Norte Central ligam-se ao Estado de São Paulo pela BR 369 e PR 323, e a Cascavel e Foz do Iguaçu por uma série de pequenos trechos que conformam uma via contínua norte/oeste, passando por Campo Mourão. A ligação Ponta Grossa a São Paulo é feita pela PR 151. Nota-se que, com a exceção da BR 116 e da BR-376, esta apenas no trecho Curitiba/Joinville, as demais rodovias desse sistema principal são pedageadas, ou seja, administradas em regime de concessão à iniciativa privada, o que tem garantido a manutenção das condições de rodagem.

A presença da infra-estrutura rodoviária reforça as articulações entre centros e garante os fluxos da atividade econômica, servindo de estrutura física para sustentação da dinâmica dos espaços relevantes.

A conjunção da relevância econômica, da densidade técnico-científica e do papel de lugar central na rede de cidades, apoiada na presença de sistema rodoviário como suporte físico para as interconexões, definiu o espaço de concentração e densificação, apropriando-se aqui do conceito de Santos e Silveira (2001). Como unidade síntese de medida para identificação dos municípios que compõem esse espaço, foi feita uma leitura comparativa entre as classes dos municípios segundo relevância econômica, infra-estrutura técnico-científica e posição de centralidade na rede urbana paranaense (tabela 3).

TABELA 3 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO GRAU DE RELEVÂNCIA

INDICADOR SÍNTESE	GRAU DE RELEVÂNCIA					
	Altíssimo	Muito Alto	Alto	Intermediário	Baixo	Baixíssimo
Posição econômica relevante	1	6	11	18	42	321
Posição de infra-estrutura técnico-científica	1	5	8	25	49	311
Posição de centralidade	1	4	11	14	0	369
Grau de relevância[1]	1	5	9	14	82	288

FONTE: IPARDES

(1) Considerando 5 classes por posição, sendo a 1 a menos significativa e a 5 a mais significativa, o grau de relevância foi assim composto: "altíssimo", todas as classes em 5; "muito alto", duas classes em 4 e somatória de 11 ou mais; "alto", duas classes em 3 e somatória de 8 ou mais; "intermediário", duas classes em 2 e somatória de 5 ou mais; "baixo", somatória de 2 ou mais; "baixíssimo", todas os indicadores em zero.

O dimensionamento do grau de relevância demarcou os espaços de concentração e densificação, doravante chamados espaços relevantes, apontando categorias relativas de municípios (mapa 5). O avizinhamento de municípios, conforme suas categorias, compôs espacialidades que, pela presença majoritária de determinadas categorias, foram também categorizadas segundo os graus de importância no conjunto das várias espacialidades do território paranaense.

Curitiba sobressai em relação aos demais municípios, sendo apontada como de altíssima relevância. Entre os 398 municípios restantes, destacam-se cinco com grau de relevância muito alto, que podem ser considerados centrais ao movimento da economia, na detenção e geração do conhecimento e no exercício de funções urbanas mais complexas: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais. Este se insere na aglomeração metropolitana de Curitiba, juntamente com Araucária, Pinhais e Colombo, com grau de relevância alto. Também com grau alto foram identificados Paranaguá, Cascavel, Toledo, Apucarana, Guarapuava e Campo Mourão. Exceto os dois últimos, os demais têm a característica comum de conformarem espacialmente arranjos que remetem a aglomerações contínuas ou descontínuas, ou eixos articulados.

Agregando-se os municípios de médio grau de relevância, esses arranjos ficam mais nitidamente configurados: a aglomeração metropolitana expande-se com a presença de Campo Largo; a aglomeração de Ponta Grossa tem, avizinhando-se, Castro. Estas duas aglomerações complementam-se com Paranaguá, configurando o espaço de maior relevância do Estado.

No Norte Central, estende-se a aglomeração de Londrina com Rolândia, Cambé e Arapongas, que, próxima à aglomeração de Maringá e aos demais centros já elencados como de alta relevância, compõem outro arranjo espacial expressivo. No Oeste, a partir de Cascavel, observa-se um eixo na direção de Foz do Iguaçu, com Medianeira também nessa posição.

Outros municípios, de média relevância são identificados nas regiões do Norte Pioneiro e Centro-Oriental (Cornélio Procópio e Telêmaco Borba), no Noroeste (Umuarama, Paranavaí e Cianorte), no Sudoeste (Pato Branco e Francisco Beltrão) e na divisa com Santa Catarina (União da Vitória).

Esses arranjos se adensam ao se agregar os 82 municípios de baixa relevância. Em situação extrema, 282 municípios não registram nenhum indicador classificado entre os mais expressivos, sendo considerados como de baixíssima relevância. Contudo, é importante ressaltar que isto não significa que eles, ou parte deles, não estejam interligados, de alguma forma, à dinâmica econômica dos espaços delimitados a partir dos municípios que obtiveram melhor desempenho nos indicadores econômicos e institucionais trabalhados neste estudo. As etapas futuras deste trabalho prevêem um maior detalhamento de dados secundários, pesquisas empíricas e outras metodologias que poderão, futuramente, demonstrar sua real articulação e função na dinâmica regional.

1.2 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS

Nesta parte do trabalho foram considerados os resultados de análises do IPARDES para diagnóstico das condições sociais da população paranaense (IPARDES, 2003a, b e c; IPARDES, 2004a e b; IPARDES, 2005e). Desses estudos, foram selecionados os indicadores que melhor pudessem caracterizar situações de precariedade, carência ou privação social e identificar os espaços nos quais os indicadores sociais apontam para proporções mais elevadas ou números absolutos mais expressivos de privação ou carência.

Os indicadores relativos considerados mais expressivos da criticidade das situações sociais e que sintetizam o comportamento setorial, alguns ilustrados na figura 2, incorporados nesta análise, foram:

- saúde: coeficiente de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano/mil nascidos vivos) relativo ao ano 2000, óbitos de crianças de 0 a 9 anos por causas evitáveis sobre o total de óbitos dessa faixa etária, na média 1997/1998 (doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho respiratório, algumas afecções originadas do período perinatal), ambos da SESA; e esperança de vida ao nascer para o ano 2000 (medida em anos de vida), obtida do PNUD (2003);
- demografia: índice de envelhecimento ou índice de idosos (população de 65 anos ou mais sobre a população de até 15 anos de idade), com base em dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001);
- educação: taxa bruta de freqüência escolar em 2000 (população que freqüenta o ensino fundamental, médio, superior e especialização sobre população na faixa entre 7 e 22 anos), do PNUD (2003); anos de estudo do responsável pelo domicílio, particularizando as proporções de chefes com até três anos e sem instrução e dos chefes com 11 anos e mais de instrução; e taxa de analfabetismo da população de 10 anos de idade ou mais, os dois últimos com base em dados do Censo Demográfico 2000;
- renda: rendimento do responsável pelo domicílio, particularizando as proporções de chefes com menos de 1 salário mínimo e sem rendimento e de mais de 15 salários mínimos, com dados do IBGE (2000); a desigualdade de renda em 2000 (valor do rendimento mediano mensal das pessoas com

rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, sobre o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes), metodologia aplicada pelo PNUD (2003); e a taxa de pobreza – proporção de famílias com renda mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo, sobre o total de famílias residentes –, elaborada por IPARDES (2003a);

- moradia: déficit habitacional relativo em 2000, que considera domicílios improvisados, co-habitação familiar e co-habitação disfarçada (cômodos cedidos ou alugados), e adensamento excessivo; proporção de domicílios deficientes no acesso a abastecimento de água de rede, iluminação elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo urbano; e de domicílios carentes, ou seja, com a ausência de alguma dessas modalidades em 2000, todos elaborados com dados do Censo Demográfico 2000, processado pelo IPARDES (2004a) sob metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, para cálculo das necessidades habitacionais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004);
- indicador síntese com comparabilidade nacional – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), do PNUD (2003).

Os valores relativos de cada um dos indicadores foram indexados e, a partir do *ranking*, salientados os 39 municípios[8] com as maiores proporções de pessoas ou domicílios em situação mais crítica. Foram somados os números de incidências do município de indicadores entre os 10% mais críticos do Estado, nos indicadores, e a escala resultante apontou os municípios em condições mais críticas no aspecto social (mapa 6).

Os municípios que apareceram mais vezes entre os 10% mais críticos foram Doutor Ulysses e Laranjal, com dez incidências entre os 16 indicadores analisados (tabela 4). Com nove incidências, Cerro Azul, Cândido de Abreu, Santa Maria do Oeste e Mato Rico; e com oito incidências, correspondendo à metade do número de indicadores, Reserva, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul e Godoy Moreira.

[8] O corte nas 39 piores posições decorre de que esse número corresponde a 10% do total de municípios do Paraná, em 2004.

TABELA 4 - MUNICÍPIOS SEGUNDO INCIDÊNCIA ENTRE AS 39 POSIÇÕES MAIS CRÍTICAS QUANTO A INDICADORES SOCIAIS RELATIVOS (PROPORÇÕES)

N.º DE INCIDÊNCIAS	MUNICÍPIO	% NO TOTAL DO ESTADO
10	2	0,5
9	4	1,0
8	4	1,0
7	7	1,8
6	11	2,8
5	13	3,3
4	13	3,3
3	26	6,5
2	45	11,3
1	100	25,1
0	225	56,4

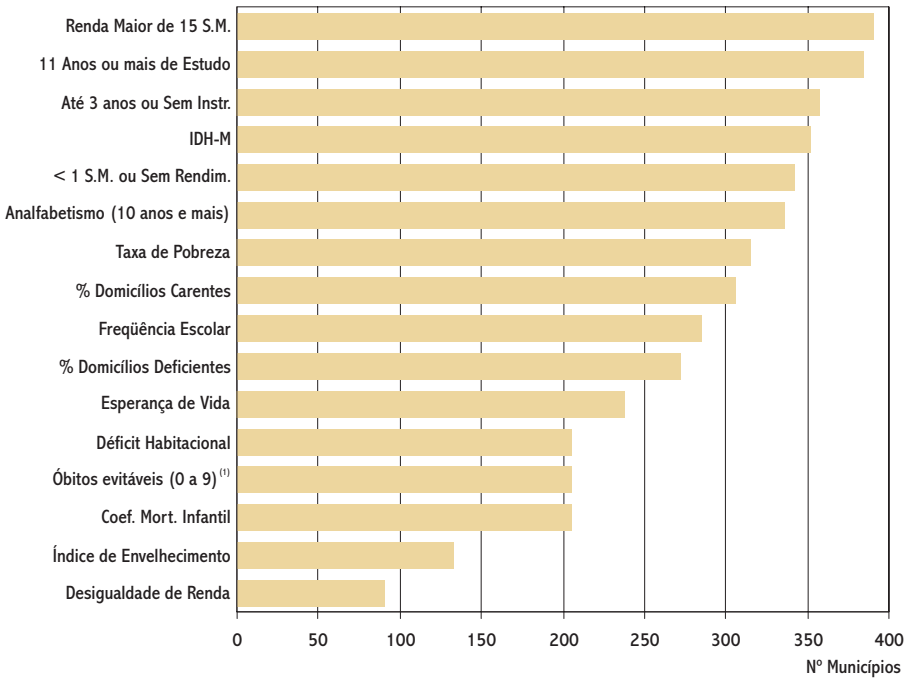
FONTE: IPARDES

Doutor Ulysses e Cerro Azul inserem-se numa faixa demarcada como Vale do Ribeira, em sua porção paranaense, histórica no que concerne a isolamento, pobreza e dependência. Nessa faixa, que se estende em direção ao aglomerado metropolitano, encontram-se outros municípios com elevada incidência entre os mais críticos. Os demais fazem parte de uma mancha contínua que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro-Sul, aproximando-se e contornando a porção sul de Cascavel, reunindo ainda um grande número de municípios com no mínimo uma ocorrência entre os 10% mais críticos do conjunto de indicadores analisados. Outras manchas contínuas margeiam as fronteiras com Santa Catarina e com São Paulo e pontuam individualmente outras porções do Paraná, porém não tão problemáticas quanto as anteriores.

Os indicadores selecionados foram reveladores de setores nos quais faltam ações pertinentes a políticas públicas que elevem as condições de acesso da população aos serviços básicos e ao emprego. Tomando por base a média do Estado, foram identificados os municípios com desempenho acima e abaixo dessa média (gráfico 1). É notória a elevada presença de municípios com proporções mais desfavoráveis que as do Estado quanto a: renda do responsável pelo domicílio acima de 15 s.m. (390 municípios possuem menos de 6% dos responsáveis acima dessa faixa de renda); 11 anos ou mais de estudo do responsável (384 municípios apresentam menos de 23% dos responsáveis nessa classe de escolaridade); responsável com até três anos de estudo ou sem instrução (384 municípios registram mais de 30,5% dos responsáveis pelo domicílio nessa classe de instrução); e IDH-M (352 com IDH-M inferior a 0,787). Os três

primeiros indicadores revelam que a grande maioria dos municípios não atinge a média estadual, por ser esta, possivelmente, favorecida pela presença dos maiores e mais desenvolvidos municípios do Estado.

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM INDICADORES EM SITUAÇÃO MAIS CRÍTICA QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000



FONTES: IBGE - Censo Demográfico (2000), PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano (2000), IPARDES - Mapas Temáticos (2003), Leituras Regionais (2004)
(1) Referente a 1997/1998.

No caso do IDH-M, a composição do Índice também sofre os efeitos da variável renda média da população, bastante heterogênea entre os municípios, porém elevada em poucos. Os indicadores de saúde são os que apresentam menor número de municípios em condições mais precárias que a dos coeficientes estaduais: mortalidade infantil (205 municípios com coeficientes superiores a 19,4 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos), óbitos entre 0 e 9 anos por causas evitáveis (205 municípios apresentam mais que 63,6% do total dos óbitos decorrentes de causas evitáveis) e esperança de vida ao nascer (238 municípios têm uma expectativa de vida inferior a 69,8 anos). Ainda assim, esses números são expressivos e inaceitáveis, particularmente ao se referirem a óbitos de crianças por causas evitáveis. Mais da metade dos municípios do

Paraná tem os coeficientes mais elevados que a média estadual, indicando tanto a inadequação ou ausência de assistência materno-infantil quanto a inexistência de condições de moradia adequada, incluindo habitação, saneamento e outros serviços essenciais à saúde do morador (IPARDES, 2004a, 2004b).

Observa-se, também, forte relação entre os municípios com as maiores incidências entre os mais críticos e aqueles com elevadas proporções de ocupação na agropecuária e no setor público, municípios rurais e de baixo crescimento populacional (figura 3). As duas categorias ocupacionais apontam para a limitada possibilidade da população em ascender a bens e serviços, seja pela ausência de atividades produtivas, no caso do segundo, ou, no caso do primeiro, dada a baixa produtividade do trabalho na agropecuária, se medida em valores. Nesse caso particularmente considerando a elevada presença de membros não-remunerados da família em atividades agrícolas em pequenas propriedades, situação que os torna dependentes de políticas públicas. Outra relação que se depreende é a da localização das áreas socialmente críticas em correspondência com as áreas com menor potencial para uso agrícola das terras (figura 4).

Os municípios mais críticos socialmente não abrigam 50% da população nas áreas urbanas, e a maioria vem crescendo menos que a média do Estado ou perdendo população, regra que apenas se contraria nos casos de Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, situados na periferia da Região Metropolitana de Curitiba, e de Rio Bonito do Iguaçu, que detém a maior taxa de crescimento populacional do Estado, entre 1991 e 2000, entre outros aspectos, por concentrar expressiva população em assentamento rural da reforma agrária.

Alerta-se, mais uma vez, para o fato de que a leitura das proporções de privação e carência é insuficiente para mapear a situação de precariedade no Estado, já que os maiores volumes de pessoas pobres, desatendidas, e dos domicílios carentes ocorrem em municípios dinâmicos, porém sem capacidade de oferecer ocupação em níveis compatíveis à população residente.

Quando na composição de proporções, índices ou taxas, grandes municípios, pelo tamanho da população, ocultam situações críticas. Para revelar tais situações, demonstrando concentrações absolutas, foram considerados na análise, como indicadores mais representativos: do volume da carência de moradia, o déficit absoluto estimado para o ano 2000 (IPARDES, 2004a); da deficiência ou carência de infra-estrutura

de saneamento e energia elétrica, os domicílios deficientes e domicílios carentes (IPARDES, 2004a); e da precariedade de renda da população, o que dificultaria o acesso a bens e serviços, o número de pobres (IPARDES, 2003a).

Como resultado, observa-se grande concentração dos volumes de pobres e de domicílios carentes e deficientes em poucos municípios (mapa 7). Contudo, estes não são os mesmos que detinham as maiores proporções, antes analisadas, ou aqueles com IDH-M inferior ao do Estado. Ao contrário, há correspondência entre municípios com elevados contingentes de precariedade e municípios economicamente relevantes ou centrais. Da mesma forma, os municípios com os maiores volumes de pobres e de domicílios carentes e deficientes estão entre os que mais crescem no Paraná, como confirmam as taxas de crescimento geométrico da população total entre 1991 e 2000.

Tais observações reforçam a compreensão de que, nos espaços econômicos relevantes, a pobreza e a riqueza convivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos de população. Estudos realizados para a RMC e aglomerações urbanas paranaenses, considerando unidades espaciais menores que o município,[9] apontam pequenas manchas de precariedade incrustadas na periferia das principais aglomerações urbanas do Estado, consideradas pólos dos espaços economicamente relevantes, como já antecipado.

Além dessa presença interior, as duas porções contínuas de maior criticidade proporcional no Estado avizinham-se de espaços economicamente relevantes: a porção do Vale do Ribeira faz parte do limite institucional da RMC; a faixa mais alongada na porção central do Estado se avizinha dos municípios que formam o espaço economicamente relevante do Centro-Oriental, de Guarapuava e de Cascavel, enfatizando a convivência em proximidade dos extremos.

Destaca-se, assim, a importância em se considerar as duas condições de criticidade – proporções e números absolutos –, em conformidade com o objetivo da política, projeto ou intervenção a ser adotada. Tais constatações permitem concluir que os espaços economicamente relevantes são, concomitantemente, detentores do poder, conhecimento e geradores da riqueza, porém concentradores de carências, avizinhados por extensões desprovidas e dependentes.

[9] Como as áreas de expansão da amostra do Censo 2000, as AEDs, consideradas na análise das necessidades habitacionais das regiões metropolitanas do Paraná (IPARDES, 2005a) e nos indicadores intrametropolitanos para a RMC (IPARDES, 2005c).

2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RELEVANTES

Esta caracterização sucinta das espacialidades paranaenses, destacadas pela relevância econômica, técnico-científica e centralidade, assim como pela dotação de infra-estrutura rodoviária de melhor qualificação em relação à rede estadual, se faz apoiar nas análises detalhadas no documento *Os Vários Paranás* (IPARDES, 2005f). Esse documento reúne o acervo de informações, segundo municípios, para todos os indicadores considerados, assim como um conjunto de mapas específicos referentes aos indicadores mais significativos.

2.1 PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE

O principal espaço que se distingue no conjunto dos municípios paranaenses, que se denominou sintética e provisoriamente 1.º espaço, encontra-se configurado como um adensamento central (aglomeração metropolitana de Curitiba) e dois pólos e suas respectivas aglomerações (Paranaguá e Ponta Grossa) nas pontas. A relevância desse espaço ficou evidenciada já no início dos estudos, quando da análise da participação dos municípios no VAF total do Estado, no período de 1975 a 2003.

Sua caracterização nas condições atuais é resultado de uma história de intensos movimentos convergentes de população e de capital. Embora seja fundamentalmente por meio deste espaço que o Paraná se integrou historicamente ao território nacional, sua densidade e concentração populacional, econômica e política se solidificaram a partir de meados do século passado.

Desde os anos 1970, essa é a única espacialidade que apresenta saldos migratórios positivos e elevados. Enquanto, por duas décadas consecutivas – anos 1970 e 1980 –, várias porções do Estado sofreram significativas reduções de população, não apenas no meio rural, mas, inclusive, no total, a mesorregião metropolitana de Curitiba,

que abrange, além da RMC, a porção litorânea, foi a principal receptora de fluxos migratórios (figura 5). A Região Metropolitana de Curitiba destacou-se entre as unidades metropolitanas brasileiras com crescimento mais elevado, mantendo esse ritmo na década de 1990.

Essa dinâmica migratória se confirma na participação da população total do município na do Estado, considerando municípios com participação igual ou superior a 0,25%. No período de 1970 a 2004, percebe-se um movimento concentrador em favor do 1º espaço, com maiores reduções populacionais entre os municípios relevantes que não se enquadram nos 1.º, 2.º e 3.º espaços, considerados, aqui, "demais municípios"[10] . Enquanto em 1970, 76 municípios entre os demais concentravam 37,1% da população paranaense, no 1.º espaço, 15 municípios registravam 15,9% (tabela 5). Em 2004, estima-se que 20 municípios do 1.º espaço concentrariam 35,4% da população, enquanto 27 entre os demais, apenas 13,4%, numa inversão radical da distribuição populacional no Estado.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES[1] DO ESPAÇO NA POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 1970/2004

% POPULAÇÃO TOTAL	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	TOTAL DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES	PARANÁ
	1º	2º	3º			
1970						
Nº Municípios	15	22	19	76	132	290
% População	15,93	13,59	11,02	37,12	77,66	100
1980						
Nº Municípios	16	13	17	54	100	318
% População	24,01	11,29	9,97	25,87	71,14	100
1991						
Nº Municípios	17	13	11	40	81	323
% População	29,6	13,14	8,77	20,3	71,81	100
2000						
Nº Municípios	20	13	9	29	71	399
% População	33,49	13,81	8,29	14,29	69,88	100
2004						
Nº Municípios	20	12	9	27	68	399
% População	35,36	13,91	8,53	13,39	71,19	100

FONTE: IBGE

(1) Considera apenas município com participação superior a 0,25% da população total do Estado no período.

Curitiba e sua Região Metropolitana apresentaram, de 1970 para 1991, um crescimento da população de 869,8 mil para mais de 2 milhões de habitantes, concentrando respectivamente, nesses anos, 12,5% e 23,7% da população do Estado nos

[10] Sempre que houver referência, nas análises dos espaços relevantes, aos "demais municípios", estes correspondem aos municípios com participação no indicador superior a 0,25% e que não se situam no 1.º, 2.º e 3.º espaços.

26 municípios que constituem atualmente esse recorte institucional. Em 2000, superou os 2,7 milhões de habitantes, passando a responder por 29% da população paranaense.

Na década de 1970, Curitiba ultrapassou a casa de 1 milhão de habitantes, distinguindo-se das demais cidades do Estado. Sua ocupação transcendeu os limites territoriais do município, ainda nessa década, extravasando-se por sobre seus municípios vizinhos, passando a constituir uma única cidade.

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, o arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles, durante os anos 1980, não se confirmou nos anos 1990, e a RMC apresentou taxa de crescimento populacional superior a 3% a.a., entre 1991 e 2000, ainda maior que a da década anterior (2,9% a.a.), e majoritariamente urbana.

Conseqüentemente, o 1.º espaço reúne a maior proporção de municípios com grau de urbanização superior a 90%, correspondendo, principalmente, aos maiores municípios e aos avizinhados dos grandes centros e faixa litorânea, formando extensões urbanas contínuas. Além do entorno de Curitiba, Ponta Grossa, também inserida nesse espaço, teve expressivos acréscimos populacionais nas últimas décadas.

Aliado a isso, é nesse espaço que acontecem os maiores fluxos do movimento pendular de população para trabalho e estudo em município diferente do de residência. Do total do movimento pendular paranaense, 55,2% tem origem em municípios da RMC. A quase totalidade desses fluxos se circunscreve ao entorno metropolitano e, secundariamente, ao litoral, destacando-se a busca por Curitiba.

Curitiba constitui a única aglomeração com perfil metropolitano do Estado (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005). Extrapolando os limites territoriais paranaenses, é nítido o significativo alcance de Curitiba no território da Região Sul, sendo considerada pólo de um dos 12 sistemas urbanos identificados no Brasil e classificada como "metrópole nacional", juntamente com apenas mais sete capitais de estados (IPEA, 2002).

Em relação à renda estadual, esse espaço vem apresentando um crescimento do número de municípios que participam com valor igual ou maior de 0,25% do VAF total do Estado, de 10, em 1975, para 16, em 2003 (tabela 6). Porém, mais expressivo que esse crescimento é o aumento da participação no cômputo da renda total: em 1975, esses municípios respondiam por 23,7% do VAF total; em 2003, o conjunto passou a responder por 60,8%, numa clara demonstração da concentração da atividade econômica no território paranaense.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES[1] DO ESPAÇO NO VAF TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 1975/2003

% VAF TOTAL	ESPAÇO				TOTAL DE MUNIC. RELEVANTES	PARANÁ
	1º	2º	3º	Demais Municípios		
1975						
Nº Municípios	10	14	17	44	85	290
% VAF Total	23,74	18,44	12,63	24,5	79,31	100
1985						
Nº Municípios	13	15	13	26	67	318
% VAF Total	35,56	17,39	9,44	15,48	77,87	100
1996						
Nº Municípios	15	6	9	25	55	399
% VAF Total	45,06	9,71	11,91	12,54	79,22	100
2000						
Nº Municípios	17	6	8	19	50	399
% VAF Total	48.97	10,2	11,08	9,11	30,39	100
2003						
Nº Municípios	16	6	5	19	46	399
% VAF Total	60,84	9,07	9,21	9,45	88,57	100

FONTE: SEFA

(1) Considera apenas município com participação superior a 0,25% do VAF total do Estado no período.

Curitiba se destaca nesse aspecto, tendo praticamente dobrado sua participação no VAF total do Estado, que passou de 13,5%, em 1975, para 25,7%, em 1996, perdendo posição no final da década, quando atingiu, em 2000, 19,9%. Nesse período, os municípios que tiveram maior aumento relativo na participação do VAF do Estado foram Araucária, São José dos Pinhais e Pinhais, limítrofes à capital. Em 2003 Curitiba se recupera, atingindo 26,6%, e mantendo sua posição de liderança. Seu desempenho envolveu tangencialmente alguns dos demais municípios do 1.º espaço, especialmente os de seu entorno.

Araucária, com a segunda maior participação no VAF estadual, teve a particularidade de se beneficiar com a localização do pólo petroquímico. Em 1975, sua participação era de 0,3% do VAF do Paraná, elevando-se para 13,2% em 1980. Após 1985, contudo, perdeu participação relativa, caindo para 6,8% em 1996, recuperando posição a partir de 2000, com uma participação de 11,0%, e atingindo, em 2003, 13,3% do VAF total do Estado, passando a ser o segundo município na composição do VAF estadual. O desempenho desse município também deveu-se à criação do Centro Industrial de Araucária (Ciar), o que favoreceu a agregação de atividades que garantiram ao município posição de destaque na participação da renda (NOJIMA; MOURA; SILVA, 2004).

São José dos Pinhais sobressai como terceiro em relevância na composição da renda do Estado. Nos anos 1970 já possuía uma estrutura produtiva pautada pelos

segmentos tradicionais, tendo incorporado outros no final da década de 1990. Em 1975 contribuía com a geração de 0,5% do VAF estadual, saltando para 5,4% em 2000 e passando, em 2003, à participação de 6,6%.

Ressalta-se que, somadas as participações desses três municípios, Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, tem-se, em 2003, 46,8% do VAF estadual, com um acréscimo de mais que 10% em relação ao ano de 2000 (36,3%).

Mais distante do eixo metropolitano destaca-se Paranaguá, que se articula à dinâmica econômica do Estado pela sua função portuária. O Porto de Paranaguá é especializado na exportação agroindustrial e qualifica-se para responder às novas exigências da produção estadual, mas também de outras unidades de federação e países do Mercosul, especialmente no que se refere à comercialização e escoamento de grãos. Entretanto, ao longo do período, a participação de Paranaguá no VAF total do Estado não foi constante: em 1980, chegou a 3,4%, diminuindo progressivamente até atingir 1,8% em 2000; recuperou-se em 2003, quando apresentou sua participação mais elevada, 3,81%, ficando entre os seis municípios com maior participação no VAF total estadual.

No 1.º espaço, outro destaque é Ponta Grossa, que, apesar de, ao longo do período, apresentar queda contínua da participação no VAF do Estado, à exceção de 1983, em 2003 foi responsável pela geração de 3,8% do VAF estadual (7ª posição entre os 399 municípios).

Além dos municípios apontados, outros três municípios desse espaço apresentaram, em 2003, participação no VAF estadual superior a 1%. São eles: Pinhais, Campo Largo e Rio Branco do Sul, tendo os dois últimos registrado participação superior a 0,5% do VAF em todo o período estudado.

Esse desempenho na geração da renda estadual deve-se à forte presença de grandes empresas nesse espaço. Do conjunto das 300 maiores empresas do Paraná segundo o faturamento em 2002, 169, situadas no 1.º espaço, respondiam por 36% do total do faturamento dessas 300 empresas (tabela 7). Dessas, 132 localizam-se em 11 municípios da RMC e 37 próximas a ela. Do total do faturamento da indústria paranaense, destaca-se que 12% é formado pelas 69 empresas que estão sediadas em Curitiba, e 9,3% pelas outras 30 que se localizam em Araucária.

TABELA 7 - FATURAMENTO E NÚMERO DE EMPRESAS ENTRE AS 300 MAIORES DO PARANÁ NOS MUNICÍPIOS DO ESPAÇO - PARANÁ - 2002

EMPRESA ENTRE AS 300 MAIORES	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	PARANÁ
	1º	2º	3º		
Total de empresas (Abs.)	169	56	29	46	300
% faturamento no total das empresas	35,98	5,22	5,83	4,69	51,72
% no faturamento das 300 maiores	69,58	10,08	11,27	9,06	(1)100
Empresas industriais (Abs.)	158	62	28	52	300
% faturamento no total da indústria	48,77	11,17	4,61	9,43	73,98
% no faturamento das 300 maiores	65,92	15,09	6,22	12,75	(1)100

FONTE: SEFA

(1) Faturamento total das indústrias do Estado (%).

Dos oito municípios, cujas maiores empresas possuem participação no total do faturamento do Estado maior ou igual a 1%, três deles encontram-se, também, no 1.º espaço: Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Esses três municípios, somados a Curitiba e Araucária, abrigam 146 empresas das 300 maiores do Paraná, que são responsáveis por 33% do faturamento total do Estado.

As empresas do 1º espaço são diversificadas e participam com 69,6% no faturamento total das 300 maiores empresas do Paraná. Observa-se a localização preferencial dos segmentos metalmecânico, químico e não-metálicos (mapa 8).

Analisando a origem do faturamento, verifica-se que os municípios com maior participação nas vendas ao exterior também estão nessa espacialidade, totalizando 13 com percentuais superiores a 0,25% (tabela 8), que perfazem 71,2% do total do valor de saída do Paraná (VS) para o exterior. Os únicos municípios paranaenses com participação superior a 5% do VS para o exterior, respondendo por 62% desse indicador, são Paranaguá (com 44,2%), Curitiba, Campo Largo e São José dos Pinhais.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES(1) DO ESPAÇO NO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA DO/PARA O EXTERIOR DO ESTADO - PARANÁ - 2003

PARTICIPAÇÃO	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	TOTAL MUNIC. RELEVANTES	PARANÁ
	1º	2º	3º			
Valor de entrada - nº municípios	11	3	3	4	21	399
% VE total para o exterior	68,37	6,16	20	1,91	96,44	100
Valor de saída - nº municípios	13	4	9	12	38	399
% VS total para o exterior	71,23	5	6,88	11,38	94,49	100

FONTE: SEFA

(1) Considera apenas município com participação superior a 0,25% do VAF total do Estado no período.

Tal padrão se repete na análise dos valores de entrada (VE), que traduzem as compras feitas pelas empresas paranaenses, ressaltando o peso de Curitiba e oito municípios de seu entorno. Os 11 municípios do 1º espaço, com participação igual ou superior a 0,25%, compõem 68,4% do VE total do Estado procedente do exterior.

Esse desempenho se deve, em grande medida, à localização espacial das indústrias paranaenses, que têm privilegiado o 1.º espaço. Entre os municípios com participação igual ou superior a 0,25% no VAF setorial da Indústria em 2003, 16 situam-se no 1.º espaço, registrando 67,5% do total do valor adicionado (tabela 9).

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES(1) DO ESPAÇO NO VAF SETORIAL DO ESTADO - PARANÁ - 2003

% VAF	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	TOTAL DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES	PARANÁ
	1º	2º	3º			
Indústria						
Nº municípios	16	6	4	17	43	399
% VAF da indústria	67,48	8,97	2,73	10,24	89,42	100
Comércio						
Nº municípios	12	7	10	16	45	399
% VAF do comércio	45,32	16,85	10,06	9,99	82,22	100
Serviços						
Nº municípios	8	2	3	5	18	399
% VAF dos serviços	63,8	4,87	21,47	4,39	94,53	100
Serviços - exclui SUP²						
Nº municípios	10	4	5	2	21	399
% VAF Total	76,18	9,88	4,28	2,43	92,77	100

FONTE: SEFA

(1) Considera apenas município com participação superior a 0,25% do VAF total do Estado no período.

(2) Serviços de Utilidade Pública (Copel e Sanepar).

O estudo de uma série histórica que compreende o período 1997 a 2003 evidenciou que a distribuição espacial do parque industrial localizado no Paraná praticamente não se alterou. Ao longo da série, os quatro municípios com maior participação são os mesmos – Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais e Ponta Grossa – que, juntos, somavam 54,7%, 57,7% e 55,5% do total do VAF industrial, respectivamente em 1997, 2000 e 2003, mas com mudanças importantes na participação relativa de cada um. Curitiba, por exemplo, detinha 31% em 1997 e regrediu para 17% em 2003.

Em síntese, a maior geração de valor pelo setor industrial do Estado em 2003 foi realizada no 1.º espaço, fundamentalmente em quatro municípios: Araucária, 23,2%, Curitiba, 17,3%, São José dos Pinhais, 9,6%, e Ponta Grossa, 5,5% do VAF industrial do Paraná em 2003. A esse conjunto de municípios juntam-se Pinhais e Colombo, no entorno imediato de Curitiba, Lapa e São Mateus do Sul ao sul, e Carambeí e Castro ao norte de Ponta Grossa.

Esse comportamento se repete na análise da distribuição e faturamento das 300 maiores indústrias do Estado (ver tabela 7). No primeiro nível, muito acima dos demais está o 1.º espaço, com 53% dos maiores estabelecimentos (158) e 66% do

faturamento das 300 maiores indústrias. Esse resultado é reflexo da concentração, não somente em termos quantitativos, mas também qualitativos, das indústrias nessa espacialidade. Das 57 indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, que se caracterizam pela maior capacidade de geração de valor industrial, dentre as 300 maiores indústrias do Paraná, 49 estão localizadas no 1.º espaço e responderam, em 2002, por 93,9% do faturamento do agrupamento. As 106 maiores indústrias classificadas como produtoras de bens intermediários estão também fortemente inseridas nessa espacialidade (64 estabelecimentos e 63,3% do faturamento do grupo). A contrapartida dessa concentração espacial é a fraca inserção desse tipo de indústria nas demais porções do território paranaense.

A análise do VAF do Comércio no período 1997-2003 confirma a relevância do 1.º espaço. Em 2003, os 12 municípios com participação igual ou superior a 0,25% no VAF do comércio do Estado agregavam 67,5% desse valor (ver tabela 9). Destaca-se a maior representatividade de Curitiba (27,7% do VAF estadual do setor), Araucária, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Pinhais, Paranaguá e Colombo, nessa ordem. A esse conjunto de municípios agregaram-se, ao sul, Lapa e São Mateus do Sul, e, ao norte, Carambeí e Castro. Esse espaço concentrou, nesse período, 45,3% do VAF estadual do Comércio.

Em relação ao setor Serviços, destacam-se, com maior participação, Curitiba, São José dos Pinhais e Paranaguá. Campo Largo, Colombo e Pinhais foram ampliando sua presença ao longo do tempo, chegando a posições de maior relevância em 2003. Nesse espaço, oito municípios, com participação igual ou superior a 0,25% do VAF, respondiam, em conjunto, por 63,8% desse valor setorial do Estado (ver tabela 9). Excluindo os serviços de utilidade pública da análise (particularmente, Copel e Sanepar), outros dois municípios integram-se a esta espacialidade: Almirante Tamandaré e Quatro Barras. Com estes a participação conjunta eleva-se para 76,2%, passando a ser a maior concentração na agregação de valor no 1.º espaço entre os setores econômicos em 2003.

Em relação ao emprego formal, do conjunto dos municípios com participação igual ou superior a 0,25% do total do Estado, em 2003, o 1.º espaço participava com 45,1% dos postos de trabalho (tabela 10). O estudo da evolução do emprego formal entre os espaços econômicos evidencia, para o período 1998-2003, que esta espacialidade perde participação relativa, principalmente em função do 3.º espaço e de outros municípios, e do 2.º, em proporção menor. Mesmo assim, a melhor evolução,

avaliada pela variação absoluta, foi obtida por cinco municípios, dois situados no 1.º espaço: Curitiba e São José dos Pinhais, além de Londrina, Maringá e Cascavel.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RELEVANTES(1) DO ESPAÇO NO MERCADO DE TRABALHO DO ESTADO - PARANÁ - 2003

% EMPREGOS	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS RELEVANTES	PARANÁ
	1º	2º	3º			
Indústria						
Nº municípios	18	12	8	32	70	399
% no total de empregos	38,88	18,52	7,69	19,42	84,51	100,00
Construção Civil						
Nº municípios	18	5	9	14	46	399
% no total de empregos	49,75	19,22	13,18	9,77	91,92	100,00
Comércio						
Nº municípios	17	11	7	18	53	399
% no total de empregos	41,85	18,70	10,99	12,07	83,61	100,00
Serviços						
Nº municípios	17	8	5	12	42	399
% no total de empregos	54,18	13,42	6,46	6,62	80,69	100,00
Agropecuária						
Nº municípios	14	18	9	62	103	399
% no total de empregos	13,35	14,43	7,43	37,39	72,61	100,00
Total						
Nº municípios	15	9	7	20	51	399
% no total de empregos	45,09	15,41	7,85	10,93	79,28	100,00

FONTE: RAIS

(1) Considera apenas município com participação superior a 0,25% do VAF total do Estado no período.

No período 1980-1991, embora tenha ocorrido desaceleração no emprego industrial em todo o País, no 1.º espaço, mais particularmente na RMC, houve crescimento de 3,5% a.a., o que colocou o Paraná na posição de sexta maior aglomeração industrial do País já naquele período (DELGADO, 2001).

É no setor industrial que o 1.º espaço conjuga o maior número de municípios com participação igual ou superior a 0,25% do total do setor: são 18 municípios que registram 38,9% do emprego formal no setor em 2003. Observa-se que cinco municípios dessa espacialidade (Paranaguá, Araucária, Pinhais, Colombo e Ponta Grossa) tiveram uma variação compreendida entre 5.000 e 9.999 postos de trabalho no período, além de Campo Largo, com variação em torno de 3.000 a 4.999 postos de trabalho.

Mesmo que na década de 1990 o maior montante de investimento tenha se centrado no setor industrial, ocorreram também mudanças significativas nos demais setores econômicos, especialmente no 1.º espaço, que absorveu a maior parte das inversões públicas e privadas. A modernização industrial ampliou a demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital

internacional e constituídos em rede, ampliando a oferta de emprego nessas áreas. Citam-se como exemplos redes de supermercados, hotéis, agências de publicidade e telecomunicações (NOJIMA; MOURA; SILVA, 2004).

Uma análise da remuneração demonstra que os postos de trabalho melhor remunerados também se concentram no 1.º espaço: Curitiba detêm 56,7% dos trabalhadores com média salarial entre 10 e 20 salários mínimos, 68,6% com mais de 20 salários e 53,9% entre 5 e 10 salários mínimos. Entre seus municípios vizinhos, São José dos Pinhais, Araucária, Paranaguá, Ponta Grossa, Pinhais, Campo Largo e Colombo também se destacam pela remuneração relativamente elevada.

Além dos municípios apontados, outros com postos de trabalho proporcionalmente melhor remunerados são: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Campo Mourão, Telêmaco Borba, Toledo, Pato Branco, Umuarama, Arapongas, Palotina e Apucarana. Como visto, a estrutura salarial reforça a identificação dos espaços econômicos relevantes do Estado e demonstra a distância enorme entre o 1.º espaço e os demais.

A elevada densidade do 1.º espaço, observada nos dados econômicos, se confirma quando da análise da distribuição espacial dos ativos institucionais no Estado. A maior concentração de institutos, fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, das incubadoras e instituições de ensino superior, nos municípios paranaenses, verifica-se nessa espacialidade (tabela 11 e figura 5), especialmente em Curitiba, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

TABELA 11 - INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA NOS MUNICÍPIOS DO ESPAÇO - PARANÁ - 2005

INFRA-ESTRUTURA	ESPAÇO			DEMAIS MUNICÍPIOS	PARANÁ
	1º	2º	3º		
Incubadora Tecnológica					
Nº municípios	3	2	4	4	13
Nº incubadoras	10	2	4	5	21
Instituição de Pesquisa					
Nº municípios	9	3	6	18	36
Nº instituições de pesquisa	17	6	7	19	49
Parque Tecnológico					
Nº municípios	0	1	3	1	5
Nº parques tecnológicos	0	1	3	1	5
Instituição de Ensino Superior					
Nº municípios	17	12	12	37	78
Nº IES	82	33	30	69	214

FONTE: SETI

Em Curitiba, além das sedes do Fundo Paraná, do Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia, da Fundação Araucária e do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) – que integram o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia –, encontra-se, também, o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), um centro de pesquisa tecnológica sem fins lucrativos (organização da sociedade civil de interesse público), que tem como associados a Copel, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Associação Comercial do Paraná, o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e o Instituto de Engenharia do Paraná, além de outras instituições públicas e privadas como parceiras (LACTEC, 2005); e o Centro Internacional de Tecnologia de Softwares (CITS), que tem sua ação voltada para desenvolvimento, consultoria, capacitação e fomento em áreas de inovação tecnológica, em parceria com empresas privadas, órgãos governamentais e instituições de Ensino Superior (CITS, 2005).

Ademais, Curitiba abriga sete incubadoras ligadas a instituições de ensino e pesquisa e empresas particulares. Entre elas, destaca-se a Incubadora Tecnológica de Curitiba (Intec), criada mediante um convênio de colaboração técnica e institucional entre várias instituições – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/PR (Sebrae/PR), Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet/PR), Tecpar, Fiep/Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Centro de Integração de Tecnologia do Paraná (Citpar) e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Essa incubadora tem como instituição gestora o Tecpar, em cujo *campus* está localizada, e possuía, em 2005, 12 empresas incubadas e 21 graduadas, nas áreas de eletroeletrônica, informática, novos materiais, metalmecânica, engenharia biomédica, biotecnologia, alimentos, *design*, tecnologia da informação e gestão ambiental.

Outro destaque em Curitiba é o Hotel Tecnológico do Cefet-PR,[11] que atua nas áreas de eletrônica, tecnologia da informação e comunicação (TIC), mecânica, eletrotécnica, radiologia, produção civil, química ambiental, desenho industrial e telecomunicações (PARANÁ, 2004).

[11] Os Hotéis Tecnológicos fazem parte do Programa Jovem Empreendedor (Proem), que presta assistência direta aos projetos, com bens de consumos, materiais de escritório, telefone, internet, entre outros, e suporte gerencial por meio de consultorias, cursos, palestras e participação em eventos, visando apoiar o desenvolvimento de projetos dos professores, pesquisadores, alunos e ex-alunos empreendedores do Cefet-PR (CEFET, 2005).

Ainda no 1.º espaço, em Ponta Grossa há duas incubadoras, a Incubadora Tecnológica de Ponta Grossa (IntecPonta), criada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pelo Citpar, e o Hotel Tecnológico do Cefet, atuando nas áreas de tecnologia de alimentos, eletrônica e mecânica. Ponta Grossa é, também, um pólo regional do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar). Por sua vez, São José dos Pinhais abriga dois laboratórios particulares: K&L Laboratório de Metrologia e Equipamentos e Sistemas de Ensaio Ltda. (Emic).

O mesmo padrão é observado na distribuição das instituições de ensino superior (IES). No 1.º espaço encontram-se 17 municípios que concentram 82 sedes, *campus* ou extensões de IES, estando 48 delas em Curitiba, sendo duas instituições federais (Universidade Federal do Paraná - UFPR e Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR) e três faculdades estaduais (Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap, Faculdade de Artes do Paraná - FAP, e Escola Superior Sul Americana de Cinema e TV). Em segundo lugar aparece Ponta Grossa, com 12 IES, destacando-se a Universidade Estadual de Ponta Grossa, cuja atuação se dá tanto em municípios vizinhos (Castro e Palmeira) como também em municípios do espaço Centro-Oriental (Telêmaco Borba e Jaguariaíva) e do Sudeste do Estado (São Mateus do Sul). Ponta Grossa também conta com um *campus* da UTFPR oferecendo curso básico, ensino médio, cursos técnicos, curso superior e pós-graduação. Em relação aos cursos técnicos públicos, num total estadual de 442, distribuídos entre 147 municípios, a grande maioria deles está concentrada no 1º espaço, com destaque, nesse espaço, para Curitiba (56 cursos) e Ponta Grossa (9 cursos).

Outros ativos institucionais levantados foram as cooperativas agrícolas e de crédito. Em relação às primeiras, sua presença é pouco expressiva nesse espaço, destacando-se apenas Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Lapa e São José dos Pinhais, com duas cooperativas em cada município, predominando aquelas com produção de lácteos e ração animal. Em relação às cooperativas de crédito, as pertencentes ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), filiadas ao Sicoob Central Paraná, acionistas do Banco Cooperativo Brasileiro (Bancoob) que atuam principalmente junto ao público urbano, estão presentes no 1.º espaço, especificamente em Curitiba. As Unicreds, filiadas à Unicred Central, formadas principalmente por profissionais da área da saúde, têm sede em Ponta Grossa (OCEPAR, 2005). Já a Cresol Baser, órgão de

crédito, de representação política e de serviços que estabelece e fomenta as relações de parceria, tanto com organizações da agricultura familiar como com instituições públicas e privadas, de forma a assegurar a sustentabilidade institucional, aparece no 1.º espaço em menor proporção (CRESOL, 2005).

Em relação às Agências de Desenvolvimento e às Instituições de Desenvolvimento Empresarial atuantes no Estado do Paraná, destacam-se quatro: Sebrae, IEL, Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ) e Emater/PR, com suas sedes em Curitiba e escritórios espalhados em várias porções do Estado.

Também no 1.º espaço concentram-se a infra-estrutura de comunicação, com destaque para Curitiba, e as representações políticas e da sociedade civil, tendo a sua maior representatividade em Curitiba e RMC.

2.2 SEGUNDO ESPAÇO RELEVANTE

No interior do Estado, destacam-se as aglomerações urbanas de Londrina, que articula mais sete municípios vizinhos ao pólo, e a de Maringá, que articula outros três municípios (IPARDES, 2000). Este conjunto de centralidades expressivas em proximidade forma o 2.º espaço relevante. Ao mesmo tempo em que a RMC confirmou-se como a área de maior concentração no Paraná, o norte paranaense consolidou essa complexa espacialidade, que, apesar da perda de participação relativa no Estado, continua apresentando nítidas relações extra-estaduais, compondo um extenso eixo concentrador de atividades e de população urbana. Trata-se de municípios com grau de urbanização elevado, formando extensões contínuas. A incidência dos mais significativos acréscimos populacionais nas últimas décadas ocorreu em Londrina e Maringá.

Nessas décadas, a região passou por um processo de intensa fragmentação de municípios, mas a espacialidade continuou concentrando aproximadamente 13% da população do Estado, apesar da redução no número de municípios, cuja participação foi igual ou superior a 0,25% do total: eram 22 municípios que concentravam 13,6% da população em 1970; em 2004 passaram a 12, com 13,9% da população (ver tabela 5).

Analisando o conjunto dos municípios da mesorregião na qual se encontra essa espacialidade, verifica-se que entre 1970 e 1980 houve perda de população, expressa nas taxas médias geométricas de crescimento anual na ordem de -0,3% a.a., com

recuperação no período seguinte, demonstrando crescimento de 1,2% a.a., contudo sem atingir a média anual do Paraná, de 1,4% a.a.

Na espacialidade, observa-se elevado volume de movimento pendular da população em busca de trabalho e/ou estudo, grande parte com destino a Londrina e Maringá, vindo, particularmente, dos municípios vizinhos. Maringá recebe 28,9 mil pessoas, sendo aproximadamente 90% de municípios do 2º espaço, e Londrina recebe 24,8 mil, das quais 84% também vêm desse espaço. De modo geral, as trocas entre os municípios dessa espacialidade são intensas, com destaque para Ivaiporã, Rolândia, Ibiporã, Cambé, Jandaia do Sul, Arapongas, Apucarana, Sarandi, Marialva, Porecatu e Colorado, todos contribuindo com contigentes consideráveis de população para trabalho e/ou estudo.

Em termos de participação no VAF do Estado, referente ao período 1975 a 2003, verifica-se situação peculiar para essa espacialidade, tendo tido decréscimo de mais de 50% do número de municípios com participação igual ou superior a 0,25% do total, assim como da participação do conjunto, que decaiu de 18,4%, em 1975, para 9,1% em 2003 (ver tabela 6). Essa perda de posição deu-se em razão do crescimento intenso e concentrador do entorno metropolitano de Curitiba.

Internamente ao 2.º espaço, Londrina apresenta oscilações na taxa de participação no VAF total do Estado, tendo o seu melhor desempenho em 1975 (6,4%) e apresentando a menor taxa em 1996 (3,9%). Em 2003 aparece como quinto município do Estado em agregação de valor (4%), seguido de Maringá (2,1%), apesar de apresentar neste ano sua menor participação no VAF total estadual. Com participação superior a 0,5% do VAF em todo o período estudado, destacam-se três outros municípios: Apucarana, que atingiu, em 2003, 0,66% do VAF estadual, tendo obtido sua maior participação em 1975, com 1,6%; Arapongas, que alcançou 1,2%, em 2003, apresentando participação crescente em relação aos anos anteriores; e Cambé, que em 1983 participou com 1,2% e em 2003 caiu para 0,6%. Apesar de a maioria dos municípios apontados apresentar comportamento declinante em termos relativos ao longo de todo o período, ainda assim esse espaço se apresenta como o segundo mais relevante no Estado.

O 2.º espaço sedia 56 empresas entre as 300 maiores do Estado, segundo o faturamento, distribuídas em nove municípios. Estas responderam por 5,2% do faturamento total do Paraná e por 10,1% do faturamento total das 300 maiores empresas

(ver tabela 7). Destacam-se Londrina e Maringá, respectivamente, com 2,3% e 1,5% do faturamento do Paraná, para um total de 39 empresas. Nota-se que 39 das 56 empresas desse espaço encontram-se nesses dois municípios. Em relação à atividade, verifica-se a existência de empresas de todos os setores da economia, porém com predomínio das industriais voltadas à agroindústria, madeira e mobiliário.

No total do valor de entrada proveniente de compras realizadas no exterior, destaca-se o peso da participação do 1.º espaço, que deteve 68,4% do VE estadual do exterior em 2003, enquanto o 2.º espaço deteve 6,2%: Londrina respondeu por 2,5%, Maringá por 3,3% e Arapongas por 0,6% – únicos municípios com participação igual ou maior que 0,25% do total (ver tabela 8).

No que se refere ao setor industrial, o 2.º espaço relevante agregou 9% do VAF industrial em 2003, considerando o conjunto de seis municípios com participação igual ou superior a 0,25%, dois deles com participação superior a 1% no período.

Além dos municípios da mesorregião Norte Central, a mancha contínua dos municípios com participação igual ou superior a 0,25% estende-se em direção de Cornélio Procópio, no Norte Pioneiro. Mas ainda não é possível falar em algum relacionamento entre as atividades industriais desse espaço econômico relevante e dos demais, tampouco interiormente ao próprio espaço. À primeira vista, é possível que Cornélio Procópio (0,4% do VAF em 2003) se beneficie das ligações da região Norte, lideradas por Londrina, com o Estado de São Paulo. No caso de Maringá (1,9% do VAF em 2003), a hipótese da sua importância industrial é que esse município tornou-se um vértice que se abre como um leque nas direções de Colorado, Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Cianorte. Campo Mourão e Cianorte foram considerados municípios industriais e estão dispersos na porção considerada espaço do norte/noroeste do Estado.

A localização das grandes indústrias paranaenses segue a espacialização observada na análise do VAF total. Enquanto o 1.º espaço detinha 53% das 300 maiores indústrias do Estado, que respondiam por 66% do faturamento desse conjunto em 2002, o 2.º espaço tinha 20,6% destes estabelecimentos e 15,1% do faturamento das 300 maiores indústrias, ou 11,2% do faturamento total da indústria do Estado (ver tabela 7).

Observa-se que, apesar do segmento das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis se caracterizarem pela elevada concentração, o 2.º espaço também sedia indústrias deste segmento, porém num volume bem menor que o do 1.º espaço,

participando com 5,8% do faturamento do grupo. Já no setor de bens intermediários, 17 das 106 empresas assim classificadas estão no segundo espaço, respondendo por 14,4% do faturamento do grupo.

O mesmo comportamento do setor industrial é observado no Comércio. O 2.º espaço agrega 16,8% do VAF estadual desse setor, considerados os sete municípios com participação no VAF setorial igual ou superior a 0,25% (ver tabela 9). Apresenta-se mais consolidado, como espaço comercial relevante, o entorno de Londrina, incorporando Cambé, Apucarana, Arapongas e Rolândia, indo em direção a Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina. Maringá aparece como um município mais afastado e isolado, embora com participação acima de 5% do VAF. Essa é uma característica que se mantém no período 1997-2003.

No setor Serviços, o 2.º espaço aparece com menor nitidez que nos demais setores econômicos, especialmente quando se incluem na análise os serviços de utilidade pública (Copel e Sanepar). Nesse caso, aparecem somente Maringá e Londrina com VAF setorial igual ou superior a 0,25%, que somam 4,9% de participação. Excluindo tais serviços, aparecem também Cambé, Rolândia e Apucarana, todos mais próximos a Londrina, denotando maior dinamismo setorial neste município e seu entorno. Percebe-se, assim, a influência de Londrina como centro que acomoda atividades com maior capacidade de agregação de valor, diferentemente de Maringá, que não somente possui VAF menor como também não possui municípios no seu entorno com atividades que se destaquem na agregação de valor no setor Serviços.

Em relação ao emprego formal, do conjunto dos municípios com participação igual ou superior a 0,25% do Estado, em 2003, o 2.º espaço participava com 15,4% dos postos de trabalho (ver tabela 10). Nessa espacialidade, os municípios com os postos de trabalho proporcionalmente melhor remunerados (salários acima de 5 salários mínimos) são Londrina, Maringá, Arapongas e Apucarana.

Além de Maringá e Londrina, que obtiveram as maiores variações no emprego formal (maior que 10.000 postos de trabalho), Apucarana apresentou variação entre 5.000 e 9.999 postos, e, Rolândia e Arapongas, variação em torno de 3.000 a 4.999. Vê-se que as maiores variações ocorreram no entorno de Londrina.

O levantamento da infra-estrutura técnico-científica dos municípios paranaenses aponta o 2.º espaço como aquele que detém o terceiro maior número desses ativos,

com destaque para Londrina e Maringá. No entanto, considerando-se apenas as instituições de ensino superior, assume a segunda posição no Estado (ver tabela 11).

Nesse espaço, destaca-se o Parque Tecnológico de Londrina com duas vertentes de atuação, uma na área de biotecnologia e outra voltada para a área de telecomunicação. Faz parte do Programa Londrina Tecnópolis, que congrega um conjunto de ações em diversas áreas de inovação tecnológica e desenvolvimento econômico, com foco nas áreas de tecnologias de informação e comunicação (TIC), alimentos, agronegócios, conhecimento e saúde. A implantação, gestão e desenvolvimento do Parque são feitos pela Companhia de Desenvolvimento de Londrina (Codel), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (Adetec), uma parceria entre instituições públicas (municipal e estadual) e privadas. Também em Londrina encontra-se a Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica (Intuel), abrigando os Programas de Pré-Incubação – Gênesis do Norte do Paraná (GenorP), o Programa de Incubação de Empresas, o Programa de Empreendedorismo, as Empresas Juniores, o Escritório de Proteção do Conhecimento da UEL e uma Unidade de Negócios e de Relações Institucionais. Tem como gestores o consórcio GenorP/Intuel e a UEL.

Além desses ativos tecnológicos, Londrina possui a Adetec; uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com pesquisa de soja; a sede do Iapar e a empresa de pesquisa Milena Agro Ciências S.A. Em Maringá está instalada a Incubadora Tecnológica de Maringá (Infomar), atuando nas áreas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), automação e biotecnologia. Tem como promotora a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A segunda concentração de IES do Paraná está no 2º espaço, com duas universidades estaduais (UEL e UEM) e uma faculdade estadual em Apucarana (Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - Fecea). Além desses, nos municípios situados próximos a Londrina e Maringá há outras 33 IES. Londrina aparece como o município que possui o maior número de instituições de ensino superior desta espacialidade (12 instituições), seguido por Maringá (oito instituições).

Destaca-se a área de abrangência e influência da UEM, muito mais voltada para o Noroeste do Estado do que para o Norte Central, e a diversidade de cursos em vários *campi*. Em relação aos 442 cursos técnicos públicos existentes no Estado, tem-se, no 2.º espaço, Londrina, com 12 cursos, e Maringá, com cinco.

A distribuição espacial das Cooperativas Agropecuárias no Paraná apresenta a sua maior concentração no 2.º espaço e reúne um número significativo de agroindústrias cooperativadas, criadas, em sua maioria, ao longo das décadas de 1970 e, principalmente, de 1980 e 1990, com estrutura gerencial e de mercado comparada à das grandes empresas do Estado e do País (IPARDES, 2004b). Destacam-se Londrina, com sete cooperativas, e Maringá e Astorga, cada qual com duas cooperativas e uma unidade de recebimento. Em 16 municípios desse espaço concentram-se 31 unidades de 18 cooperativas agropecuárias que desempenham atividades de fiação de algodão e seda; produção de açúcar e álcool; beneficiamento de cereais; produção de laticínios, leite, óleo vegetal, molhos e temperos e ração; abate de bovinos e beneficiamento de madeira.

Quanto às cooperativas de crédito, as pertencentes ao Sicredi estão presentes especialmente nos 2.º e 3.º espaços. As cooperativas do Sicoob têm sede em Londrina, Apucarana e Maringá. As Unicreds, por outro lado, possuem sede, nessa espacialidade, somente em Londrina (OCEPAR, 2005). A Cresol Baser aparece também no 2.º espaço, porém com pouca representatividade.

Londrina e Maringá contam, ainda, com companhias ou agências de desenvolvimento municipais, além de escritórios regionais da Emater, IEL e Sebrae.

A infra-estrutura de comunicação e a representatividade política e da sociedade civil também têm sua segunda maior concentração estadual nessa espacialidade.

2.3 TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE

O 3.º espaço relevante, identificado no Oeste paranaense, difere dos anteriores por apresentar atividades fundamentalmente ligadas à agroindústria, assim como serviços, manifestando tendência à diversificação, porém com atividades complementares, de menor agregação de valores e envolvendo poucos municípios. Nele, a natureza da atividade não exige proximidade, resultando em participação expressiva de municípios mais dispersos entre si. A partir de um vértice em Cascavel, desenvolve-se mais nitidamente em direção a Marechal Cândido Rondon e Palotina e em direção a Foz do Iguaçu.

Duas aglomerações estão presentes nesse espaço, a polarizada por Cascavel, que reúne mais cinco municípios, e a de Foz do Iguaçu, que se manifesta como uma

espacialidade internacional complexa, desenvolvendo estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai.[12]

A partir dos anos 1950, Cascavel teve acréscimo populacional expressivo, porém Foz do Iguaçu apresentou o incremento mais surpreendente, saltando de 30 mil habitantes para 260 mil em 2000. Enquanto nos anos 1970-1980 a mesorregião na qual se estende a espacialidade obteve uma taxa média geométrica de crescimento anual na ordem de 2,5%, entre 1980 e 1991 suportou declínio extraordinário (0,5% a.a.), com sinais de recuperação no período 1991-2000 (1,3% a.a.), mas sem atingir a média estadual de 1,4% a.a. Em razão disso, o conjunto de municípios com participação igual ou superior a 0,25% do total da população do Estado decresceu de 19, em 1970, registrando conjuntamente 11% da população paranaense, para 9, em 2000, com 8,5% da população (ver tabela 5).

Ademais, o 3.º espaço apresenta movimento pendular significativo, com o município de Cascavel recebendo 4,8 mil pessoas; Foz do Iguaçu, 3 mil pessoas; e Toledo, recebendo 1,7 mil pessoas de outros municípios para trabalho ou estudo. Nos dois últimos, mais de 88% são provenientes de municípios da própria região, e, no primeiro, em torno de 70%. Além desses, destacam-se também Medianeira, Cafelândia e Marechal Cândido Rondon, por elevados volumes.

A análise do VAF estadual evidencia que, ao longo do período estudado, Cascavel teve sua participação na agregação de valor do Estado reduzida de 2,5%, em 1975, para 1,70%, em 2003 – a mais baixa do período. No oposto, Foz do Iguaçu, que em 1975 apresentou sua mais baixa participação (0,6%), a partir de 1989 conquistou recuperação intensa, chegando em 2003 com 5,9% do VAF total do Estado. Toledo mantém, ao longo de toda a série estudada, participação acima de 1%, sendo a maior participação em 1983 (2,2%) e a menor em 2003 (1%). Marechal Cândido Rondon e Palotina apresentaram participação decrescente ao longo do período, passando, a primeira, de 1,23% em 1975, para 0,3% em 2003, e a segunda de 1,1% para 0,3% no mesmo período. Apesar de

[12] Compõem essa aglomeração, além de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu, Ciudad del Este, Minga Guazu, Presidente Franco e Hernandarias, do lado paraguaio, e Puerto Iguazu, do lado argentino. A aglomeração da tríplice fronteira reúne mais de 680 mil habitantes, um aeroporto internacional, e conta com uma estrutura hoteleira de nível internacional, voltada para o turismo, tanto pela presença das Cataratas e do Parque Nacional do Iguaçu, quanto pela usina de Itaipu, do lado brasileiro, assim como pela dinâmica de compras, nas dezenas de *shopping centers* da fronteira. Por esses fatores, os dados relativos ao terceiro espaço, quando se referem a Foz do Iguaçu, deverão ser contextualizados.

os municípios apontados apresentarem, ao longo do período, comportamento oscilante em relação à participação do VAF do Estado, no conjunto eles posicionam esse espaço como o terceiro economicamente relevante no Paraná.

No conjunto, verifica-se drástica redução do número de municípios com participação igual ou superior a 0,25% do VAF total, assim como redução no montante. Em 1975, 17 municípios respondiam por 12,6% do VAF total do Paraná; em 2003, apenas cinco municípios participam com 0,25% ou mais, totalizando 9,2%, numa demonstração clara de concentração territorial da atividade geradora de renda (ver tabela 6).

Nesse espaço há 12 municípios que, juntos, respondem por 5,8% do total do faturamento do Paraná, sediando 29 empresas das 300 maiores do Estado (ver tabela 7). Foz do Iguaçu (3,5%) e Toledo (0,6%), juntos, somam quatro empresas, que são responsáveis por 4,1% do total do faturamento das empresas do Paraná. Cascavel, apesar de concentrar sete empresas, responde por apenas 0,4% do faturamento total do Estado. Esse espaço participa com 11,3% do faturamento das 300 maiores empresas paranaenses.

A análise dos segmentos evidencia a predominância da agroindústria, dos serviços de geração de energia elétrica e do comércio atacadista, este muito provavelmente vinculado ao segmento agroindustrial. Verifica-se a concentração de empresas voltadas notadamente à exploração dos recursos naturais existentes nesse espaço. Observa-se que no total do VE do exterior do Estado, somente Foz do Iguaçu responde por 18,9%.

Na leitura do VAF industrial do Estado, no 3.º espaço emergem fundamentalmente quatro municípios: Cascavel, Toledo, Cafelândia e Marechal Cândido Rondon, que, conjuntamente, responderam por 2,73% do VAF industrial em 2003 (ver tabela 9). Destaca-se que somente Toledo adquiriu participação acima de 1% nos três períodos, e, Cascavel, participação acima de 0,5%. Em 2003, Toledo concentrou 1,3% do VAF industrial e, Cascavel, 0,9%. Em relação à localização das grandes indústrias paranaenses, o 3.º espaço tem menos da metade do número de empresas que o 2.º espaço (28 contra 62 empresas industriais entre as 300 maiores do Paraná), com 9% do número de estabelecimentos e 6,2% do faturamento das 300 maiores indústrias do Paraná.

A atividade comercial aparece mais sólida nessa espacialidade, a partir de Cascavel, no vértice que segue em direção a Toledo. Cascavel e Foz do Iguaçu mantêm

participação significativa no período, denotando um comércio mais consolidado. Os municípios Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e Palotina destacam-se secundariamente, com participações entre 0,5% e 1%. Entre Cascavel e Foz do Iguaçu, Medianeira e São Miguel do Iguaçu apresentam participação no VAF do setor, respectivamente, de 0,3% e 0,5%. Esse espaço concentra 10,1% do VAF estadual do Comércio (ver tabela 9).

A análise dos dados do setor Serviços coloca esse espaço em evidência, especialmente por Foz do Iguaçu e quando da incorporação, ao estudo, dos serviços de utilidade pública. Quando esses serviços são incluídos, além da presença de Cascavel e Toledo, há aumento na participação de Foz do Iguaçu. Juntos, registram 21,5% do VAF setorial do Estado. Excluindo os SUP (serviços de utilidade pública), Palotina e Medianeira incorporam-se à análise, porém a participação do conjunto decresce para 4,3% do VAF do setor em 2003 (ver tabela 9). Em ambas as análises, percebe-se que Cascavel e Foz possuem atividades de serviços mais consolidadas.

Quanto ao emprego formal, do conjunto de 51 municípios com participação igual ou superior a 0,25% do total do Estado, em 2003, o 3.º espaço, com 7 municípios, respondia por 7,8% dos postos de trabalho, praticamente metade da participação obtida pelo 2.º espaço (ver tabela 10). Comparativamente a 1997, os municípios que detinham participação igual ou acima de 0,25% formavam um conjunto menor (47 municípios) e agregavam parcela ligeiramente maior do emprego formal paranaense (81,4%). O estudo da evolução entre os espaços econômicos evidencia que o 3.º espaço ganha participação relativa no período, em detrimento do 1.º espaço. Os postos de trabalho proporcionalmente melhor remunerados do 3.º espaço estão em Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Palotina.

Da mesma forma, as maiores evoluções no emprego formal ocorreram em Cascavel, seguido de Foz do Iguaçu e Toledo. Identifica-se uma continuidade entre os municípios que partem de Cascavel em direção a Marechal Cândido Rondon, e deste em sentido a Umuarama, com positiva variação no emprego. Aparentemente está havendo maior ocupação nos municípios compreendidos entre o 2.º e 3.º espaços, onde se destacam, como centralidades, Umuarama e Cianorte.

Em relação à infra-estrutura técnico-científica do Estado, o 3.º espaço aparece em segundo lugar (44 infra-estruturas), seguido de perto pelo 2.º espaço (42 infra-

estruturas). No 3.º espaço encontram-se três dos cinco Parques Tecnológicos do Estado do Paraná. Considerando o potencial agroindustrial da Região Oeste e dispondo, também, de quantidade significativa de instituições de ensino e pesquisa, a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Cascavel (Fundetec), uma instituição de natureza jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, iniciou o processo de articulação institucional e implantou, em dezembro de 1996, o Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste, em Cascavel. Por meio do Parque, o trabalho de agregação e difusão de um modelo de desenvolvimento regional integrado foi iniciado, desenvolvendo processos cooperativos que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico regional – capacitação do setor produtivo, principalmente das agroindústrias (FUNDETEC, 2005). Encontra-se aí a Incubadora Agroindustrial de Cascavel, que mantém, ainda, o Centro Incubador Tecnológico de Software, atuando na área de TIC.

Também nesse espaço está o Parque Tecnológico de Toledo, um parque industrial, com um centro tecnológico de *software* e uma incubadora de empresas de *software*. Atua nas áreas de TIC, piscicultura, alimentos e agronegócios. Em Toledo, encontra-se, ainda, a Fundação para o Desenvolvimento de Toledo (Funtec), uma instituição municipal.

Além desses, em Foz do Iguaçu destaca-se o Parque Tecnológico de Itaipu, um projeto de cooperação entre o Brasil e países vizinhos para o desenvolvimento tecnológico da região abrangida pela Itaipu Binacional. Conta com a Fábrica do Software, trabalhos integrados com a Incubadora Empresarial Tecnológica do Iguaçu (automação e TIC) e o Instituto de Tecnologia em Automação e Informática (Itai), uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1996 por entidades de iniciativa privada, setor público, universidades e centros tecnológicos. O objetivo do Itai é a integração dos principais agentes do desenvolvimento – setor público, comunidade empresarial e instituições de ensino e pesquisa –, visando à evolução tecnológica por meio de ações voltadas à educação, à cultura e ao desenvolvimento socioeconômico (ITAI, 2005).

Também no 3.º espaço encontram-se três unidades do Iapar: em Cascavel (laboratório de análise de solos), em Palotina (estação experimental) e em Medianeira (estação agrometeorológica). Em Marechal Cândido Rondon situa-se a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon (Fundemarc).

Além desses, há 12 municípios com 28 *campi* ou extensões de IES, 47% delas situadas em Cascavel e Foz do Iguaçu. Nesse espaço, a principal instituição de ensino superior, com abrangência em todo o espaço Oeste e parte do Sudoeste, é a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com sede em Cascavel e *campi* em vários municípios da região. Aproveitando a vocação natural da região, a Unioeste realiza intercâmbio com a Itaipu Binacional, desenvolvendo inúmeros projetos de pesquisa na área de engenharia elétrica.

No *campus* de Toledo destaca-se o curso de engenharia de pesca, um dos poucos existentes no País, voltado à piscicultura de água doce. A atividade tornou-se importante fonte de renda para os produtores da microrregião, com centenas de açudes espalhados pelo município, demonstrando sintonia entre o trabalho acadêmico e as expectativas da comunidade. Nesse *campus* é ofertado o Mestrado em Economia – Desenvolvimento Regional e Agronegócios.

A Unioeste tem *campus* ainda em Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon e extensões em Medianeira, Palotina e Santa Helena. Compõe ainda a estrutura da universidade o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, que dispõe de atendimento especializado nas mais diversas áreas da medicina, com 221 leitos, sendo o maior hospital público da mesorregião Oeste e Sudoeste do Paraná (UNIOESTE, 2005).

Medianeira conta com um *campus* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Palotina com um *campus* da Universidade Federal do Paraná; e Cascavel, Guaíra e Toledo com um *campus* da Universidade Paranaense (Unipar), uma instituição de ensino particular, com sede em Umuarama. Em relação aos cursos técnicos públicos, Foz do Iguaçu detém sete cursos.

No 3.º espaço, 13 municípios sediam 23 unidades de cooperativas, entre elas 14 sedes. Destacam-se Cascavel, sediando duas cooperativas e duas unidades; Palotina, com a sede de três cooperativas; Assis Chateaubriand, com duas sedes e uma unidade de cooperativa agropecuária. As cooperativas desse espaço dedicam-se ao abate de suínos, bovinos e outras reses, abate e processamento de aves, preparação de carnes, sistema integrado de produção (ração-granjas-abatedouros), produção de óleos e gorduras vegetais, produção de trigo, laticínios e leite e processamento de mandioca.

O 3.º espaço apresenta também cooperativas de crédito da Sicredi, do Sicoob (com sede em Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon), as Unicreds

(Cascavel e Toledo) e a Cresol Baser (OCEPAR, 2005; CRESOL, 2005). Além disso, Toledo possui a Associação para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná – Sudotec e escritórios da Emater e Sebrae. Cascavel, além desses escritórios, conta também com um escritório do IEL.

Quanto à infra-estrutura de comunicação e à representação política e da sociedade civil, o 3.º espaço encontra-se em posição inferior aos dois primeiros espaços.

2.4 DEMAIS MUNICÍPIOS

Do conjunto de municípios paranaenses, ou seja, aqueles que não se incluem nos três espaços analisados, simplificadamente ora chamados "demais municípios", os dados analisados mostram o declínio da participação tanto no montante da população quanto no valor adicionado fiscal ao longo das três últimas décadas do século passado. Evidentemente que essa perda se deu em favor do aumento da concentração no 1.º espaço. Nesse período, não só foram reduzidas as ordens de participação, quanto o número de municípios responsáveis por percentuais iguais ou superiores a 0,25% do total do Estado. Em termos de população total, em 1970, eram 76 municípios que respondiam por 37,1% da população; em 2004, estima-se que 27 municípios estejam respondendo por 13,4% (ver tabela 5). Decréscimo similar percebe-se na participação no VAF, na qual, em 1975, 44 municípios somavam 24,5% da participação, reduzindo para 19, em 2003, com uma participação de 9,5% (ver tabela 6).

A distribuição de empresas entre as maiores do Estado é bastante dispersa entre eles. Essas estão presentes em 46 municípios que respondem por 4,7% do faturamento do Paraná em 2002, ou 9,1% do faturamento do conjunto das 300 maiores (ver tabela 7). Considerando as empresas industriais, eleva-se para 52 o número de municípios que sediam unidades entre as 300 maiores, e para 9,4% a participação no total do faturamento total da indústria do Estado, ou 12,7% do faturamento das 300 maiores.

A participação dos demais municípios no VAF setorial do Estado, em 2003, é reveladora da concentração que se verifica no setor Serviços, no qual apenas cinco municípios têm participação igual ou superior a 0,25%, perfazendo uma participação conjunta de 4,4% do VAF setorial. As participações nos setores Comércio e Indústria são próximas: 19 municípios respondem por 10% do total do VAF do Comércio, e 17 municípios respondem por 10,2% do VAF da Indústria (ver tabela 9).

Entre eles, no entanto, é significativo o destino do VS para o exterior, superado, apenas, pelo conjunto do 1.º espaço. São 12 municípios detendo 11,4% do total do VS para o exterior no Paraná, muitos deles com atividades predominantes em papel e madeira (ver tabela 8).

O mercado de trabalho formal espelha o comportamento da economia. Entre os que se responsabilizam pelo maior número de postos de trabalho, em proporção igual ou maior que 0,25% do total do Estado em 2003, salientam-se 20 municípios, participando com 10,9% do emprego formal (ver tabela 10). Observa-se que a representatividade do setor agropecuário é grande entre esses municípios, mesmo que o emprego formal não expresse a estrutura de ocupação paranaense. Entre os 103 municípios relevantes no emprego agrícola, no Estado, os 62 distribuídos entre os demais municípios registram 37,4% do total do emprego formal no setor.

Em termos de ativos institucionais, dando ênfase na infra-estrutura técnico-científica, distribuem-se entre os demais municípios cinco incubadoras, 19 instituições de pesquisa, um parque tecnológico e 69 instituições de ensino superior (ver tabela 11).

É fundamental esclarecer que, entre o que está sendo chamado de demais municípios, percebe-se a permanência dos indicadores de relevância insistentemente em alguns poucos municípios, que também formam espacialidades, ora mais descontínuas, ora compostas por apenas um ou dois municípios, porém com características de centros regionais. Estas espacialidades são descritas na seqüência.

2.4.1 ESPAÇO ESPECIALIZADO DO CENTRO-ORIENTAL

Diferentemente dos espaços já apontados, foi identificado um quarto espaço, sem tendência à diversificação, na porção norte da mesorregião Centro-Oriental do Estado, enquadrando municípios que desempenham atividades ligadas ao complexo madeira-papel. Por isso, pode ser denominado espaço especializado do Centro-Oriental. Tem como municípios relevantes Telêmaco Borba, que ao longo do período manteve participação acima de 1% no VAF total do Paraná, atingindo, em 2003, 1,4%; Jaguariaíva, que demonstrou um comportamento ascendente no período, chegando, em 2003, com participação de 0,6%; e Arapoti, que aumentou sua participação até 2000, quando obteve sua maior taxa (0,6%), caindo em 2003 para 0,4%.

Embora não possua número muito grande de empresas, encontram-se instaladas nesse espaço sete das maiores empresas do Estado, segundo o faturamento em 2002, voltadas exclusivamente ao segmento papel e papelão e distribuídas em quatro municípios, que respondem por 1,1% do faturamento total do Estado e por 2,2% do faturamento total das 300 maiores empresas. Telêmaco Borba aparece com duas empresas, que somam 0,5% da participação total.

Em relação ao VAF industrial, são quatro os municípios com participação acima de 0,25% no período 1997-2003: Telêmaco Borba, Arapoti, Jaguariaíva e Sengés. Os três últimos são territorialmente contíguos e estão separados de Telêmaco Borba por Ventania, criado por desmembramento deste último nos anos 1990. Telêmaco Borba é o único município desse espaço que manteve participação acima de 1% nos três períodos, concentrando, em 2003, 2,6% do VAF da Indústria do Paraná, seguido por Jaguariaíva, com participação de 0,9%, e Arapoti, com 0,6%, ambos com menos de 1% nos três períodos analisados.

Em função do reduzido número de empresas e da característica da atividade industrial, esse espaço econômico tem poucos municípios com participação superior a 0,25%, somando 1,2% do emprego formal do Estado, em 2003. Contudo, enquanto o estudo da evolução do emprego apontou que o 1º espaço perdeu participação relativa no período 1998-2003, o espaço especializado do Oriental foi um dos que mais obtiveram ganhos relativos. Os melhores desempenhos foram obtidos por Telêmaco Borba, Ortigueira, Ventania, Jaguariaíva e Sengés, com variações entre 1.000 e 2.999 ou 548 a 999 postos de trabalho.

No que se refere ao movimento da população, essa espacialidade conquistou taxas médias geométricas de crescimento anual da população sempre positiva e superior à média do Estado desde 1970. O movimento pendular evidencia que há um fluxo menos intenso de pessoas para trabalho e/ou estudo nessa espacialidade, e o que ocorre se dá especialmente em direção a Ponta Grossa e Carambeí, mas também entre Jaguariaíva, Arapoti e Telêmaco Borba.

Em concordância com esse conjunto de dados, evidencia-se ainda baixa presença de infra-estrutura técnico-científica nessa espacialidade, observando-se o mesmo em relação à infra-estrutura de comunicação e à representação política e da sociedade civil.

2.4.2 PORÇÃO NOROESTE

Na porção Noroeste do Estado destacam-se principalmente três municípios – Umuarama, Paranavaí e Cianorte –, porém, em comparação com as demais porções do Estado, com um comportamento de declínio em termos relativos ao longo do período, chegando em 2003 com participações em torno de 0,3% do VAF do Estado.

Além disso, essa é uma das espacialidades que mais contribuíram para a expulsão de população principalmente de vetor interestadual, nos anos 1970 e 1980. Na década de 1990 continuou perdendo população, contudo para outras porções do Paraná. Umuarama e Paranavaí apresentaram maior movimento pendular de população para trabalho e/ou estudo.

Umuarama, Maria Helena, Douradina e Cidade Gaúcha aparecem na relação de municípios com uma das 300 maiores empresas do Estado, de acordo com o faturamento em 2002, na sua maioria indústrias do segmento agroindustrial e do comércio atacadista.

Em relação ao emprego formal, do conjunto dos municípios com participação superior a 0,25% do Estado, os do Noroeste participavam conjuntamente com 2,6% dos postos de trabalho formais paranaenses. Ressalta-se, contudo, a alta proporção de empregos públicos no total do emprego formal dos municípios, atingindo entre mais de 30% e 50%.

A análise da infra-estrutura técnico-científica aponta que Paranavaí e Umuarama sobressaem como municípios com maior representatividade do espaço, ambos com 4 instituições. Em Umuarama há uma instituição particular de ensino superior, a Universidade Paranaense (Unipar), que tem *campi* no 3º espaço (Cascavel, Guaíra e Toledo), no Sudoeste (Francisco Beltrão) e no Noroeste (Cianorte, Paranavaí e Maringá).

Dez dos municípios do Noroeste concentram 13 unidades ou sedes de cooperativas, voltadas à produção de açúcar e álcool, derivados de mandioca, vegetais diversos, laticínios, café, suco de laranja e ao abate de aves. Quatro municípios contíguos, Goio-Erê, Quarto Centenário, Ubiratã e Campina da Lagoa, juntos, abrigam duas sedes e seis unidades de cooperativas, nas atividades de beneficiamento de cereais e de algodão, laticínios e trigo.

2.4.3 PORÇÃO SUDOESTE E SUL

No Sudoeste, outro conjunto de municípios aponta a configuração de espacialidade relevante. Desde a década de 1980 a região evidenciava perdas de população, inicialmente de vetor interestadual e posteriormente para outras porções do Estado, especialmente para as áreas mais dinâmicas, notadamente a RMC e o Norte-Central. Mesmo assim, no período, Pato Branco e Francisco Beltrão se consolidaram enquanto duas importantes centralidades regionais, sendo que em relação à primeira foi observado um movimento pendular mais expressivo.

O espaço identificado foi classificado como de média relevância, concentração e densidade. Nele se destacam Pato Branco, Saudades do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Pato Branco obteve 0,7% do VAF estadual, em 2003, e Francisco Beltrão, 0,4%. Ambos apresentaram participações próximas ou superiores a 0,5% ao longo do período estudado, demonstrando um comportamento estável na geração de valor.

Do conjunto das 300 maiores empresas do Estado, seis municípios próximos, não contíguos, apresentam uma empresa cada: Quedas do Iguaçu, Dois Vizinhos, Saudade do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco e Clevelândia. Ressalva-se que a participação de Quedas do Iguaçu e Saudades de Iguaçu se deve à instalação de usinas da Copel. Quanto ao VAF industrial em 2003, somente Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco obtiveram participação igual ou superior a 0,25% em relação ao total do Estado.

Esse desempenho não muito expressivo na geração de valor econômico reflete-se no emprego. Apesar disso, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas registraram variação entre 3.000 e 4.999 postos de trabalho entre 1998 e 2003.

A análise do conjunto dos ativos institucionais aponta importante representatividade no espaço Sudoeste: com relação à infra-estrutura técnico-científica, além do *campus* da Unioeste e da Unipar (IES particular de Umuarama), em Francisco Beltrão, há dois *campi* da UTFPR, um em Dois Vizinhos e outro em Pato Branco, formando o *campus* do Sudoeste. Também nesse espaço estão organizadas dez agroindústrias cooperativadas, quatro delas no município de Dois Vizinhos e outras três em São João. As principais atividades dessas cooperativas são: produção de ração animal, conservas de frutas, derivados de milho, abate de bovinos e de suínos, e produção de laticínios. Entre as cooperativas de crédito, o Sicoob, a Unicred e a Cresol Baser têm filiais na região.

Destaca-se, também, a presença de uma Agência Regional de Desenvolvimento, um escritório regional do Sebrae e um escritório da Emater, todos em Francisco Beltrão, que também sobressai em relação à infra-estrutura de comunicação (12 veículos de comunicação). A representatividade política e da sociedade civil, na região sudoeste, é pouco expressiva.

2.4.4 GUARAPUAVA E CAMPO MOURÃO

Entre municípios com expressão, porém isolados e dispersos no território paranaense, destacam-se Guarapuava e Campo Mourão. O primeiro se situa no centro de uma região extensa e pouco expressiva economicamente, colocando-se como um ponto geograficamente intermediário entre o 1.º e o 3.º espaços. A análise do VAF aponta relevância na agregação do valor em Guarapuava, dado que apresenta participação contínua superior a 1% no VAF do Paraná, atingindo, em 1989, 2,1% (maior pico de participação no período), declinando, a partir daí, até 1,3% em 2003.

Além do VAF, Guarapuava emerge com resultados expressivos em praticamente todos os indicadores econômicos considerados neste trabalho. Observa-se, também, que é o único município da porção central do Estado a receber fluxos pendulares, mesmo que não muito acentuados, de população para trabalho e/ou estudo.

Esse município sedia oito das 300 maiores empresas do Paraná, segundo o faturamento em 2002 (seis de comércio atacadista e duas do setor industrial, voltadas à agroindústria e à madeira e mobiliário), que respondem por 0,7% do faturamento total do Paraná. Embora no centro de uma grande região de baixíssima industrialização, com exceção de Irati, Guarapuava apresenta expressiva participação no VAF industrial – mais de 1%, em 1997, e 1,2% em 2003.

O emprego industrial, no comércio e em serviços da região central do Estado está concentrado em Guarapuava. No período 1996-2003, o município registrou uma variação de 19.503 postos de trabalho. Com variação secundária, têm-se Irati e Imbituva, municípios também da região central do Estado.

Guarapuava abriga a sede e o Centro Politécnico da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), com *campi* em Irati, Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis, conformando uma área de abrangência importante, no que diz respeito

a estratégias de desenvolvimento do espaço central do Paraná. Guarapuava tem ainda três cooperativas, que produzem trigo, malte, ração animal, conservas de legumes, laticínios, alimentos diversos, além daquelas dedicadas exclusivamente à produção de leite (IPARDES, 2004b).

Campo Mourão, principal centralidade da mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, em 1975, registrou 1,2% do VAF estadual e manteve participação superior a 1% até 1985, declinando gradativamente a partir de 1989, atingindo, em 2003, 0,5%. O município abriga seis das 300 maiores empresas paranaenses, que, no conjunto, foram responsáveis por 0,77% do faturamento total do Estado, em 2002. Dentre elas, destaca-se a maior cooperativa da América Latina, a Agroindustrial Cooperativa (Coamo) e suas unidades, atuando nos segmentos margarina, óleos vegetais, moagem de trigo, beneficiamento e fiação de algodão.

Em relação ao emprego formal, em 2003, o município registrou 0,79% dos postos de trabalho do Estado, tendo registrado aumento de 5.993 postos desde 1996. Quanto à infra-estrutura técnico-científica, destaca-se, em Campo Mourão, o *campus* da UTFPR, oferecendo cursos em nível básico e ensino médio; em nível superior, os cursos de Tecnologia em Alimentos, Tecnologia Ambiental e Tecnologia em Construção Civil; e, em nível de extensão, o curso de Formação Pedagógica.

2.4.5 ESPACIALIDADES COM MÍNIMA RELEVÂNCIA

Fazendo fronteira com Santa Catarina, outro grupo de municípios merece destaque pela participação igual ou superior a 0,25% do VAF total do Estado em 2003: Palmas com 0,4%, União da Vitória com 0,3%, São Mateus do Sul e Piên, cada um com 0,3% do VAF estadual. Observa-se, também, a presença de Rio Negro, com participação acima de 1% em 1997, demonstrando declínio acentuado, ao atingir 0,6% em 2000 e 0,2% em 2003, refletindo a desativação de uma grande indústria do segmento fabricação de produtos do fumo.

União da Vitória, São Mateus do Sul e Rio Negro sediam, cada qual, uma das 300 maiores empresas do Paraná, voltadas, predominantemente, à agroindústria e à madeira e mobiliário. Os efeitos do avizinhamento e da proximidade desses municípios com Santa Catarina requerem mais análises, que detalhem os setores em que essas

empresas atuam e busquem aferir se há alguma relação econômica entre elas, delas com a estrutura produtiva do 1º espaço e com a economia catarinense. Informações sobre o faturamento por município demonstram que União da Vitória e Rio Negro têm mais de 50% do seu VS destinado a outros estados.

Em relação ao emprego formal, observa-se que União da Vitória, São Mateus do Sul e Lapa obtiveram as maiores variações positivas no período 1998-2003, entre 1.000 e 2.999.

No espaço de colonização pioneira do Norte do Paraná, somente dois municípios aparecem com participação igual ou superior a 0,25% no VAF total do Estado, no período 1975-2003: Cornélio Procópio, que manteve participações de ou próximas a 1% até 1985 e declínio acentuado na seqüência, até atingir 0,33% em 2003; e Jacarezinho, que não ultrapassou 0,5% em todo o período, chegando a 0,3% em 2003.

Essa espacialidade contribuiu largamente para o agudo processo de expulsão de população para fora das fronteiras estaduais desde 1970, persistindo essa tendência nos anos 1980 e alimentando trocas internas ao Estado nos anos 1990. Por outro lado, esse é um dos espaços em que a imigração de retorno, desde o período 1981-1991, foi mais expressiva. O estudo de centralidades do Estado aponta que Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina estão integrados à área de influência de Londrina, e que Jacarezinho também está sob a influência de Ourinhos.

No que se refere à geração de emprego, o Norte Pioneiro obteve evolução pouco expressiva. Somente Bandeirantes e Siqueira Campos apresentaram variação entre 1.000 e 2.999 postos entre 1996 e 2003. Emergem ainda Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina com variação ainda mais baixa.

Quanto à infra-estrutura técnico-científica, destaca-se em Cornélio Procópio o *campus* da UTFPR, que, além de oferecer cursos superiores na área de tecnologia, cursos de especialização, cursos técnicos pós-médio, ensino médio e cursos de formação básica, ainda conta com um Hotel Tecnológico/Cefet, que atua nas áreas de mecânica, eletrotécnica e informática (PARANÁ, 2004). Em relação às cooperativas agropecuárias do Estado, 13 municípios do Norte Pioneiro abrigam cinco sedes de cooperativas agropecuárias e oito unidades, sendo todas elas unidades de recebimento da Cooperativa Agropecuária de Produção Integrada. Essas cooperativas atuam no beneficiamento e fiação de algodão, no beneficiamento de cereais, na produção de laticínios e rações e abate de bovinos.

3 ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Embora o projeto que inclui esta etapa de trabalhos tenha ainda previsto outras etapas e muitos estudos que buscarão aprofundar, detalhar e explicitar nexos e lógicas nos processos identificados e sua expressão espacial, os resultados ora divulgados já permitem apontar alguns elementos fundamentais para constituir uma agenda de desenvolvimento regional para o Paraná.

Como síntese geral, este trabalho ressaltou um Paraná complexo e heterogêneo, com áreas economicamente relevantes e socialmente críticas, concentrado e desigual. Não poderia ser diferente. Esta é a mesma situação encontrada em nível nacional e internacional, muito embora possa apresentar graus diferenciados, segundo a história do País e de cada uma de suas regiões, e capacidade de estruturar e implementar respostas regionais às determinações exógenas e situações impostas pela realidade.

A lógica do mercado – e sua busca de rentabilidade – selecionou espaços do território paranaense; privilegiou a exploração das condições físico-ambientais; em alguns casos, apropriou-se de atividades existentes e, em outros, introduziu atividades ainda inexistentes; viabilizou diferentes níveis de incorporação da população; acumulou, concentrou, adensou e criou uma desigualdade espacialmente visível em termos regionais, mas também interna a qualquer escala. Ou seja, o Paraná se incorporou à divisão nacional e internacional do trabalho de modo gradativo e diverso, envolvendo desigualmente a totalidade de seu território e de sua população. Ações públicas se contrapuseram, bem ou mal, à mera lógica da rentabilidade econômica ao longo da história paranaense.

Pensar uma política de desenvolvimento que contemple toda a diversidade e heterogeneidade do Paraná não é tarefa fácil. Contudo, esta percepção não pode levar ao desânimo, muito menos ao imobilismo. Há muito a ser feito. Embora sejam evidentes as tendências concentradoras e desintegradoras expostas, a história é repleta de ações de contratendência, de resistência aos desequilíbrios e injustiças e de construção de experiências coletivas integradoras e includentes.

Em primeiro lugar, a diversidade não deve ser tida como problema, mas como maior possibilidade de alavancar o desenvolvimento do Estado. É fundamental investir no enorme potencial de variedade (intra-regional, setorial, urbana, cultural, ocupacional etc.) que o Paraná possui, buscando uma configuração que capture sua riqueza de biosociodiversidade, erigindo pactos territoriais pelo desenvolvimento; articular a vitalidade e as potencialidades da convivência de talentos imaginativos; e ativar a capacidade culturalmente inventiva e criativa de sua sociedade.

Para cumprir tal objetivo, não se pode permitir que a dinâmica econômica e populacional paranaense permaneça sendo organizada, em sua maior parte, pelo mercado. Isso somente irá acentuar as desigualdades em todos os aspectos. Nesse contexto, o Estado se levanta como agente fundamental de desenvolvimento e com autoridade para influir nessa trajetória, compensar as desigualdades e equilibrar diferentes pesos econômicos, financeiros e políticos e, com isso, arrefecer a concentração, criar novas possibilidades, estimular potencialidades, corrigir rumos, dinamizar espaços e setores econômicos, enfim, incluir territórios e população, por meio de uma política de desenvolvimento integradora e socialmente mais justa.

Tendo em vista a multiplicidade de fatores inter-relacionados, que afetam a sociedade na sua totalidade, uma Política de Desenvolvimento deve ser sempre uma iniciativa do governo, em qualquer nível, sem se restringir às ações cotidianas da atuação pública, mais pertinentes a um plano operacional. A Política vai além, aponta rumos, vislumbra futuros, busca superar limites no caminho sonhado, envolve, ao menos nos seus pressupostos, a ação de toda a sociedade. Nela está implícita a idéia de transformação da realidade vigente.

Essa transformação requer e implica uma nova correlação de forças sociais, capaz de alterar o "hoje" em busca do "amanhã". Pressupõe, também, que o Governo do Estado, como instância de poder político, seja parte dessa correlação de forças e, no que lhe cabe, organize sua ação na busca da mudança desejada e assuma a coordenação da política de desenvolvimento, instituindo, na esfera governamental, uma instância articuladora dessa política, assim como das políticas setoriais, com a finalidade de evitar duplicidades, incompatibilidades das ações, e para monitorar sua implementação e resultados. Ressalta-se, ainda, a importância do Estado na articulação dos diversos planos de desenvolvimento regional já existentes e em execução, das

políticas setoriais das diferentes esferas governamentais e demais instituições públicas e privadas que atuam em cada um dos espaços paranaenses.

Num outro âmbito, destaca-se a importância do Estado para estreitar vínculos inter-regionais, aprofundar estudos das relações fronteiriças, além do fortalecimento da relação do Paraná, e das suas regiões em particular, com a matriz produtiva nacional e dos países do Mercosul. Nesse sentido, a articulação dos diferentes planos regionais e das políticas setoriais sobressai como condição de fortalecimento de uma Política Estadual de Desenvolvimento Regional e da estrutura socioeconômica paranaense.

Essa articulação e acompanhamento deve acontecer diante da premissa de que uma política de desenvolvimento não é somente uma coletânea de problemas levantados ou um rol de metas e ações registradas em documento específico, mas uma construção permanente. Ademais, e o mais importante, é que o Paraná é um Estado em movimento, em construção, o que exige um processo de elaboração contínuo da Política de Desenvolvimento Regional, particularmente em sua dimensão territorial, de modo que ela possa não somente contribuir com esta construção mas, principalmente, constituir-se como seu elemento fundamental.

Somando-se, uma política estadual de desenvolvimento deve continuamente estabelecer estímulos ao diálogo territorializado e ao cultivo da identidade, diversidade e diferenciação, tarefa longa e difícil, que deve, em seu percurso, ser pedagógica; construir ações que busquem a antifatalidade, pois o ato de planejamento envolve necessariamente a assunção e a eleição de alternativas; discutir que possibilidades se abrem em cada ponto decisivo e a necessidade de reorientar o curso dos acontecimentos; ter estratégias que identifiquem agentes de transformação e avaliem seus interesses específicos; engajar lideranças e criar co-responsabilização em relação às trajetórias escolhidas.

Nesse desafio, convém atentar para a limitação imposta pelo esfacelamento da retaguarda financeira do desenvolvimento econômico, constituída por ativos públicos construídos e/ou consolidados, especialmente o Badep e o Banestado, durante pelo menos quarenta anos, e que representaram bases de parcela apreciável dos investimentos e do giro dos negócios do Estado durante esse prolongado período. Por outro lado, o Paraná já executa um programa de incentivo fiscal vinculado ao porte das empresas, que, por suas características e o tipo de empresa beneficiada, pode se tornar permanente.

Da mesma forma, deve ser lembrada a existência de fundos públicos estaduais próprios que podem estar articulados à política estadual de desenvolvimento, à possibilidade de captação de recursos do tesouro nacional, particularmente do BNDES, e de instituições internacionais de financiamento, além do excedente econômico formado no território paranaense. Em relação a este último, a política estadual de desenvolvimento deve centrar esforços no sentido de estimular e atrair o interesse privado de investimento e a internalização do seu excedente no próprio Paraná.

Do ponto de vista político, metodológico e operacional, é preciso construir o desenvolvimento durável de forma planejada, segundo horizontes de curto, médio e longo prazos. Para isso, apesar de delimitações regionais mais amplas, é fundamental identificar as escalas espaciais dos problemas a confrontar em, ou entre, cada uma delas. Não se pode perder a perspectiva de que cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática.

Porém, para o êxito das negociações, deve-se explicitar os conflitos de interesse em cada escala, entender sua legitimidade, mas a partir da clareza de que o interesse público, mérito da ação governamental, não é a soma do interesse de todos. A partir desse entendimento (ou dessa premissa), é possível construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. Esses contratos devem articular horizontalmente os agentes políticos de determinada escala; tratar de forma criativa escalas, níveis e esferas, lançando mão de variados instrumentos, politizando as relações, construindo cidadania e buscando combater as coalizões conservadoras, por meio de uma contra-hegemonia para o desenvolvimento; vencer as competências superpostas, rediscutir atribuições, evitar a dispersão da autoridade e estar equipado para reagir, isto é, ter capacidade de resposta e impugnação às forças políticas que querem a perenização do subdesenvolvimento.

No encaminhamento de propostas que visem à correção de rumos da trajetória socioeconômica identificada, é essencial buscar redirecionar os movimentos do capital no sentido do melhor equilíbrio espacial e minimizar os efeitos da concentração industrial no eixo Paranaguá–Curitiba–Ponta Grossa, particularmente no espaço polarizado pela RMC. Com esse propósito, deve-se examinar as possibilidades de aproveitamento da infra-estrutura física, científica e tecnológica de uma rede de

cidades de porte médio no Interior do Estado, para a descoberta de opções de investimentos associadas às potencialidades regionais, assim como a possibilidade de construção de um novo perfil regional. Nessa proposta, há que se considerar a premência em minimizar a migração campo–cidade, ocasionada pela continuidade inexorável do processo de mecanização da agricultura e pela crescente inviabilização econômica de algumas atividades rurais, agravada pela falta de dinamismo do mercado de trabalho urbano de alguns municípios de pequeno porte.

Por outro lado, há que se ter claro que é nas cidades que se desencadeiam os enfrentamentos entre uma miríade de segmentos sociais, entre distintas intencionalidades econômicas e entre posturas políticas divergentes. No resultado de seus embates e nas articulações decorrentes é que o espaço urbano vai sendo produzido e, ao mesmo tempo, participando da produção do espaço como um todo.

Se as cidades são o *locus* da contradição e os problemas que as acometem constroem um cenário de caos e incerteza, é importante sublinhar que elas são também o lugar onde as possibilidades se potencializam. Todavia, a cidade carece de ousadia nas propostas e determinação política na definição e implementação de planos, recursos e regulamentos, assim como na atuação cotidiana de cada cidadão. Mas, no simples curso de seu próprio destino, ela jamais protagonizará a inclusão social. Uma gestão democrática é condição *sine qua non* para que se garanta o direito à cidade a uma grande massa de excluídos que diariamente buscam os centros urbanos.

Portanto, para garantir um futuro includente para a sociedade, uma política de desenvolvimento terá que considerar os efeitos do crescimento que se constitui, por natureza, como urbano, contemplando a legitimidade de diferentes culturas que coexistem num mesmo espaço e tempo, a necessidade de respeito aos limites do ambiente natural, e o compromisso com uma nova ética social que se fundamente na valorização da cidadania.

Esse compromisso não pode deixar de estar vinculado ao entendimento de como se processa a relação ou o diálogo entre o urbano e o rural, em cada uma das espacialidades. O Paraná carrega uma herança rural acentuada que deve ser relida, considerando-se as transformações econômicas e sociais ocorridas nos últimos 50 anos. Ou seja, qual é a síntese do papel do rural do passado e da sua conformação atual, com o papel do urbano no presente?

Esse é um desafio posto particularmente ao Paraná e aos paranaenses neste século que já teve início, sabendo-se que há várias espacialidades em um só Paraná e que cada uma delas tem uma característica, um nível de organização, uma matriz produtiva própria, distinta constituição histórica, condições ambientais específicas e, conseqüentemente, demandas e necessidades que variam em conteúdo, em quantidade e em complexidade.

Seria oportuna, também, a busca de maior internalização dos efeitos multiplicadores dinâmicos do pólo automotivo, por meio da inserção de empresas locais nas cadeias de fornecimento e subfornecimento, multiplicando os esforços que vêm sendo realizados nesse caminho.

É importante, ainda, a procura intransigente do resgate de uma identidade empresarial regional, neutralizando as chances de prosseguimento da marcha de absorção de grupos domésticos por corporações estrangeiras e revisando criteriosamente o programa de privatizações da área de infra-estrutura e das instituições de fomento econômico.

Nesse particular, é possível perceber a implementação de algumas ações, por parte do governo estadual, no sentido da reversão do processo de privatização da infra-estrutura, sobretudo nos segmentos de energia, saneamento e transportes. Sem entrar no mérito dos intrincados aspectos técnicos ou jurídicos dessas iniciativas, é imprescindível reconhecer seu encaixe em princípios doutrinários de resgate de maior e mais agressiva participação estatal na organização e indução da operação do sistema econômico e de efetivação de alterações nas formas de relacionamento entre o setor público e os atores privados em áreas estratégicas.

Pode-se afirmar que a infra-estrutura econômica é elemento de atratividade em determinados espaços e de limitações ao desenvolvimento em outros. As largas faixas territoriais com menor capilaridade rodoviária, acentuada pelas precárias condições das vias existentes, comportam os municípios com menor capacidade de geração de valor, em que a renda advém basicamente da ocupação (informal, na maioria) na agropecuária e do emprego público. Certamente estes são os espaços que desafiam o governo do Estado, por demandarem estratégias que combinem políticas sociais e de desenvolvimento, sem que se exclua a possibilidade, ao menos no curto e médio prazos, de políticas de repasse financeiros, de fortes incentivos e de implantação e

implementação da infra-estrutura, para colocá-los no nível dos demais espaços paranaenses. Acentua-se a importância da infra-estrutura viária não somente no transporte de mercadorias, mas também na construção e consolidação da cidadania.

Destaca-se a necessidade de estimular os ativos institucionais presentes no Estado, cuja estrutura na área de ciência e tecnologia se aproxima da matriz produtiva do espaço no qual está inserida e com constatada capacidade de descentralização, que pode ser expandida. Ademais, o Estado possui um número significativo de instituições estaduais de ensino superior distribuídas em seu território, o que favorece a realização de estudos regionais e a implementação e o acompanhamento da política estadual de desenvolvimento.

É imperiosa a revisão dos critérios de financiamento adotados pelo governo do Estado. O desafio de superação das carências sociais depara-se com um quadro financeiro municipal heterogêneo, com grande parte dos municípios revelando extrema dependência das transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios, situação esta relacionada à baixa capacidade de geração de receita própria. Um número reduzido de municipalidades evidencia melhores condições financeiras, seja pela capacidade de se auto-sustentar, seja por se beneficiar de substantivos repasses de recursos compensatórios de diversas fontes. Buscar um desenvolvimento socialmente mais equilibrado, evitando a desagregação social, pressupõe a inclusão de amplos segmentos da população, de forma digna, nos processos produtivos e de consumo, bem como o controle e recuperação das condições ambientais. Desses compromissos não estão dispensadas nem mesmo as regiões mais dinâmicas do Estado.

Assim, é vital para a política de desenvolvimento reconhecer que, muitas vezes, municípios que não apresentam capacidade para obtenção de recursos são justamente aqueles que mais precisam deles. Junto com isso, a inversão dos critérios de financiamento, priorizando os projetos que demonstrem maior capacidade de geração de emprego e renda, mesmo que possam significar maior aporte de recursos num primeiro momento, devem gerar, no médio ou longo prazo, um efeito positivo para as contas públicas, quer pelo aumento da capacidade de compra das famílias, pelo aquecimento de economias locais e pela elevação das condições de vida das pessoas, quer pela redução das demandas sociais mais graves.

Parecem vitais, ainda, ações políticas no nível macroeconômico, como o exercício de pressões ativas junto à esfera federal na defesa de programas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Paraná, além da execução de um movimento para a ativação de um projeto de crescimento por parte do governo federal, combatendo a atual política macroeconômica recessiva, que premia a especulação e penaliza a produção de riqueza nova.

Isso posto, é imprescindível afirmar que na totalidade do processo de construção de uma política de desenvolvimento regional é necessário elaborar renovada capacidade de prospectar o futuro mais plausível e preparar ações para a sua (re)construção. Nessa linha, são vários os estudos que devem ser realizados na perspectiva da consolidação de uma política estadual de desenvolvimento regional para o Paraná. Entre muitos, destaca-se a premência de uma investigação mais aprofundada de cada uma das espacialidades identificadas, em que se busque confirmá-las, levantar suas potencialidades, perspectivas e necessidades; os conflitos de interesses e consensos que lhes são próprios; suas estratégias de desenvolvimento regional e/ou local, se é que existem; a qualidade e o poder interno e externo de suas instituições e representações políticas etc. Um estudo com a profundidade requerida não pode prescindir de pesquisa de campo, de uma leitura em nova dimensão, com um olhar diferenciado e mais focalizado dos dados disponíveis, assim como agregação de outros.

Além disso, visando arrefecer a constatada concentração existente e que tende a se acentuar, há, ainda, muito para ser conhecido da mobilidade da população paranaense. Diante dessa causa, é fundamental verificar quais os elementos que, além da renda, direcionam ou atraem a população para diferentes porções do território. Um detalhamento dos estudos realizados por meio do movimento pendular podem contribuir significativamente nesse sentido.

Associado a esta perspectiva, é importante conhecer o papel dos pequenos e médios municípios no contexto regional. Os estudos realizados até o momento evidenciam que municípios de mesmo porte distribuídos pelo território inserem-se diferentemente conforme sua localização espacial. Enquanto em alguns casos estão submetidos a uma dinâmica social e econômica ditada por um município maior, em outros são os vetores dessa dinâmica em nível regional.

Da mesma forma, ainda que alguns municípios tenham menor arrecadação e menos geração de excedente econômico, podem apresentar melhores índices de desenvolvimento humano que outros com indicadores econômicos melhores. Nesse sentido, é importante conhecer os elementos que sustentam tais diferenças e como proceder para que o desenvolvimento humano seja o pressuposto principal da ação pública em todas as escalas.

Planejar e intervir na busca do desenvolvimento regional implica, assim, entender a história das regiões, suas relações, seus arranjos particulares, compreender as formas como o capitalismo as organiza e desorganiza; considerar que essas dinâmicas estão sempre em movimento, o que torna complexa sua definição e a definição de seus limites. Por isso, não são definitivas. São apenas um meio, não um produto.

Mais que estabelecer limites em recortes ou criar agrupamentos que compartilhem o exercício do governo estadual, o que importa, de imediato, é compreender processos que possam identificar os Vários Paranás; distinguir espaços que requerem políticas diferenciadas para o seu desenvolvimento e o desenvolvimento do Estado como um todo. Espaços que podem ser caracterizados como regiões concentradas, densas, dos elementos que singularizam o meio técnico-científico-informacional, em oposição a outras nas quais são visíveis apenas manchas ou pontos que expressam esse meio, sinalizando o aprofundamento, com novos fundamentos históricos, das tendências estruturais que consolidaram determinadas áreas, geralmente mais concentradas, como verdadeiros pólos da vida econômica.

Importa, também, distinguir os espaços nos quais os indicadores sociais apontam para proporções mais elevadas, ou números absolutos mais expressivos, de privação ou carência, rarefeitos da densidade dos espaços anteriores, possivelmente subordinados ou comandados por esses.

Enfim, é imprescindível adentrar os vários Paranás, para obter, dessa forma, os elementos que instruam a construção de uma agenda de desenvolvimento regional que faça emergir um Paraná diverso, heterogêneo, porém sem privar parcelas do seu território e de sua população dos frutos do desenvolvimento e do acesso aos direitos de cidadania.

REFERÊNCIAS

CEFET. **Jovem Empreendedor**. Disponível em: www.cefetpr.br/direc/jovem_empreendedor.htm. Acesso em: out. 2005.

CITS. **Quem somos**. Disponível em: http://www.cits.br. Acesso em: out. 2005.

CRESOL. **Cresol Baser**. Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em: out. 2005.

DELGADO, Paulo R. **Precarização do trabalho e condições de vida**: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.

FUNDETEC. **Parque tecnológico**. Disponível em: www.fundetec.org.br. Acesso em: nov. 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Regiões de influência das cidades - 1993**. Rio de Janeiro, 2000.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004a. Convênio COHAPAR, IPARDES.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**: regiões metropolitanas. Curitiba, 2005a. Convênio COHAPAR.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

IPARDES. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**. Curitiba, IPARDES: SEPL, 2005b.

IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2005c. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2006.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004b. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br

IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003c. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPARDES. **Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná**: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico - ZEE. Curitiba, 2005d.

IPARDES. **Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas**: referências para rediscussão da regionalização em saúde. Curitiba, 2005e.

IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005f. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

ITAI. [Site institucional]. Disponível em: http://www.itai.org.br. Acesso em: nov. 2005

LACTEC. **O Instituto/Associados**. Disponível em: http://www.lactec.com.br. Acesso em: nov. 2005.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, Editora da UFPR, v.8, n.8, p.33-44, 2004.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.88, p.3-22, maio/ago. 1996.

MOURA, Rosa; WERNECK, Debora Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.100, p.25-56, jan./jun. 2001.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2004. (Primeira versão, 3). Disponivel em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasília, 2005. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/home.htm

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Necessidades habitacionais**: déficit e inadequação. Disponível em http://www.observatorio.tk. Acesso em: 15 jul. 2004.

OCEPAR. **Cooperativismo/O Cooperativismo no Paraná**. Disponível em: http://www.ocepar.org.br. Acesso em: out. 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Subsídios à Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Curitiba, 2004.

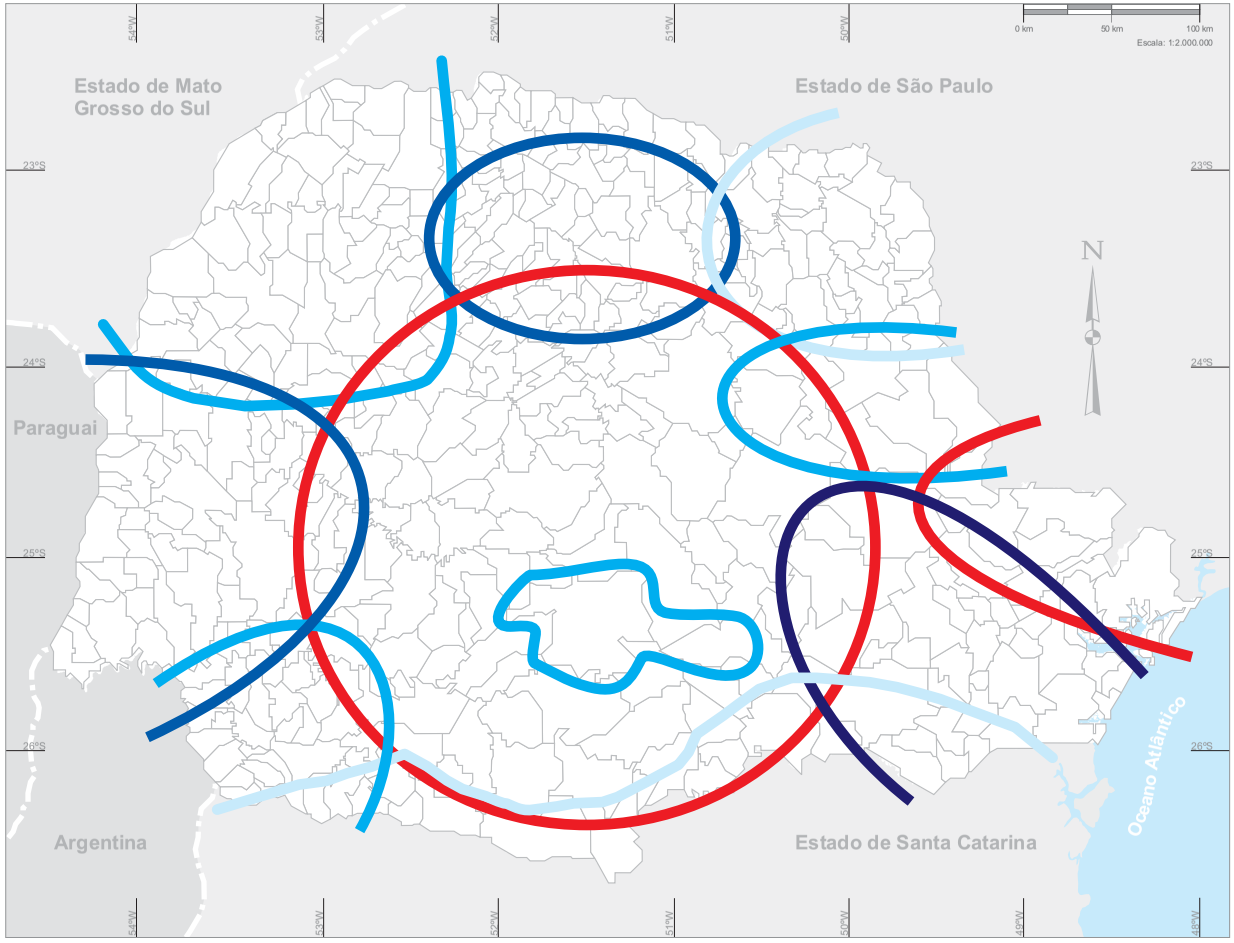
PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UNIOESTE. [Site institucional]. Disponível em: http://www.unioeste.br. Acesso em: out. 2005.

MAPAS E FIGURAS



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 1
OS VÁRIOS PARANÁS

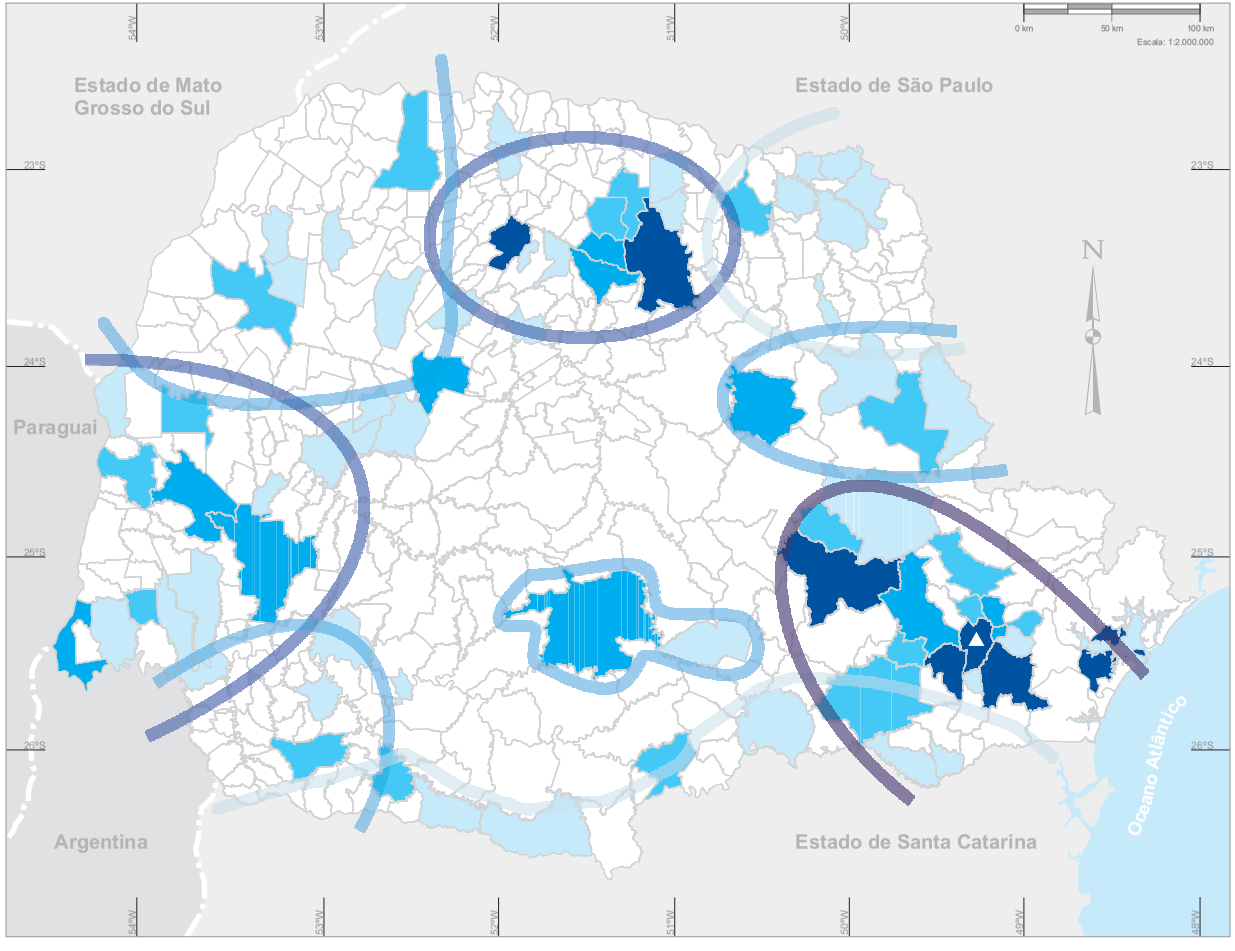
Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional

- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

Espacialidade socialmente crítica

- Crítica

FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 2
ESPAÇOS ECONÔMICOS RELEVANTES

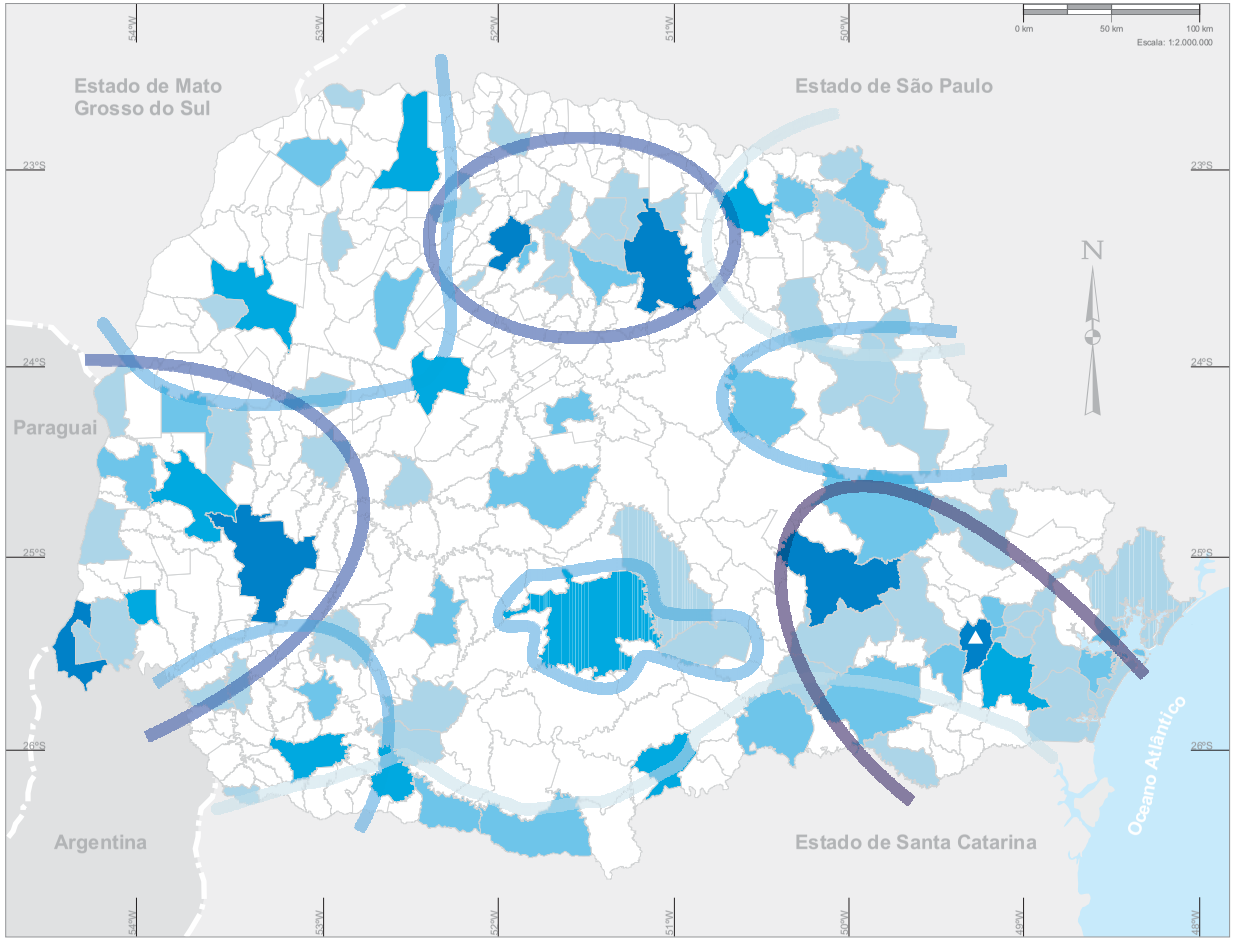
Somatória de indicadores de relevância

- >= 24 (altíssima relevância)
- >=18 a < 24 (alta relevância)
- >=12 a > 18 (relevância média superior)
- >=6 a > 12 (relevância média inferior)
- >=1 a < 6 (baixa relevância)
- < 1 (sem relevância)

Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional

- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 2004



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 3
INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Número
- 65
- >=10 a 18
- >=4 a < 10
- 2 e 3
- apenas 1
- nenhuma

Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional
- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

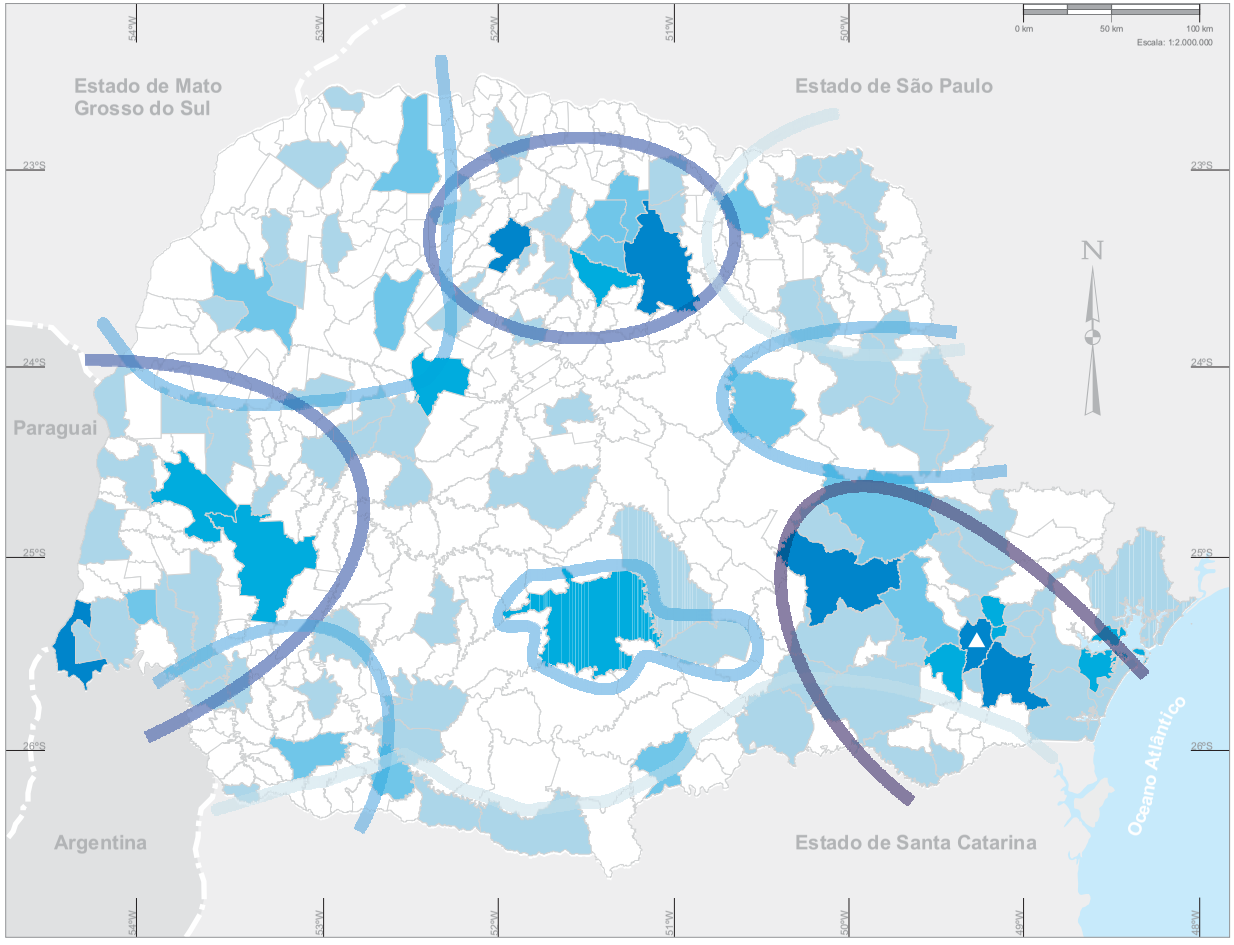
FONTE: SETI
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA - 2004

ESTADO DO PARANÁ

MAPA 4
INFRA-ESTRUTURA
RODOVIÁRIA

- Centros Urbanos
- Sistema Viário Principal
- Outras rodovias

FONTE: DER
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA - 2004



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 5
MUNICÍPIOS RELEVANTES*

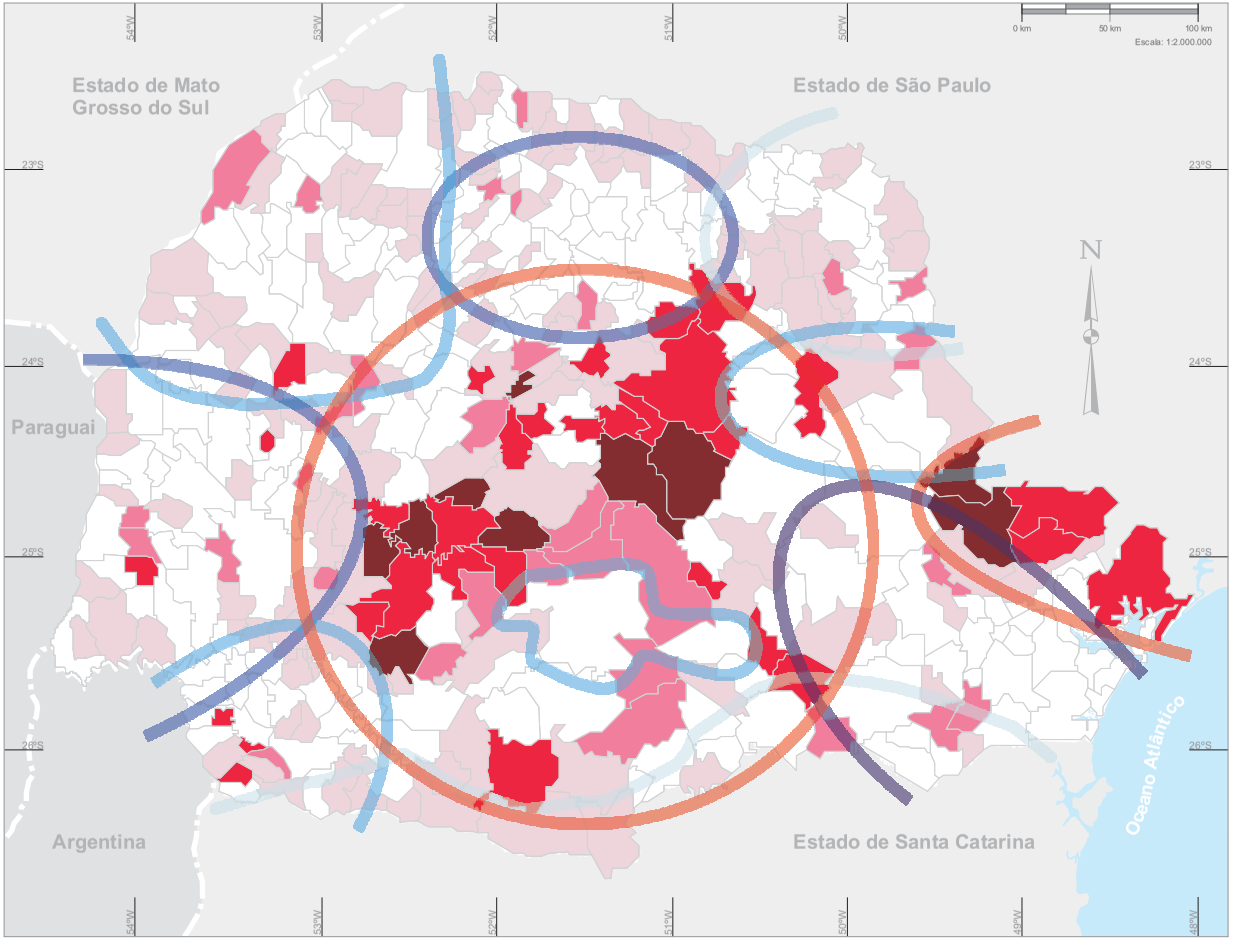
- Altíssima relevância
- Relevância muito alta
- Alta relevância
- Relevância intermediária
- Baixa relevância
- Baixíssima relevância

*Considera indicadores econômicos, centralidade e infra-estrutura técnico-científica.

Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional

- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA - 2004



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 6
MUNICÍPIOS SOCIALMENTE CRÍTICOS

MUNICÍPIOS COM INDICADORES SOCIAIS ENTRE OS 10% MAIS CRÍTICOS DO PARANÁ

- entre oito e dez ocorrências (10)
- entre cinco e oito ocorrências (31)
- entre três e quatro ocorrências (31)
- uma ou duas ocorrências (70)
- sem ocorrências (134)

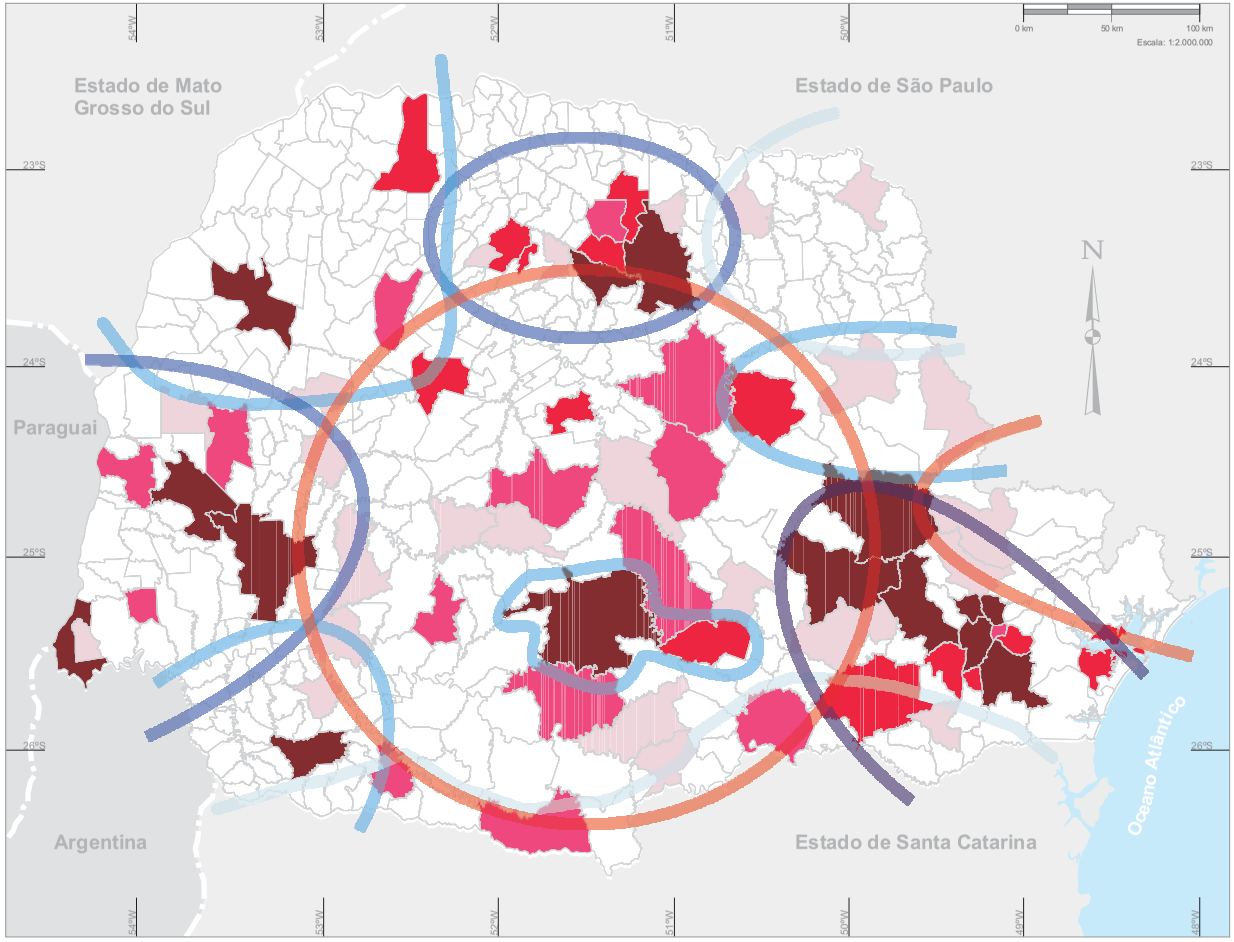
Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional

- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

Espacialidade socialmente crítica

- Crítica

FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 7

ELEVADA INCIDÊNCIA DE NÚMERO DE POBRES, DOMICÍLIOS CARENTES, DEFICIENTES DE INFRA-ESTRUTURA E DÉFICIT HABITACIONAL

- Entre os 10% maiores volumes nos 4 indicadores
- Entre os 10% maiores volumes em 3 indicadores
- Entre os 10% maiores volumes em 2 indicadores
- Entre os 10% maiores volumes em 1 indicador
- Sem ocorrência entre os 10%

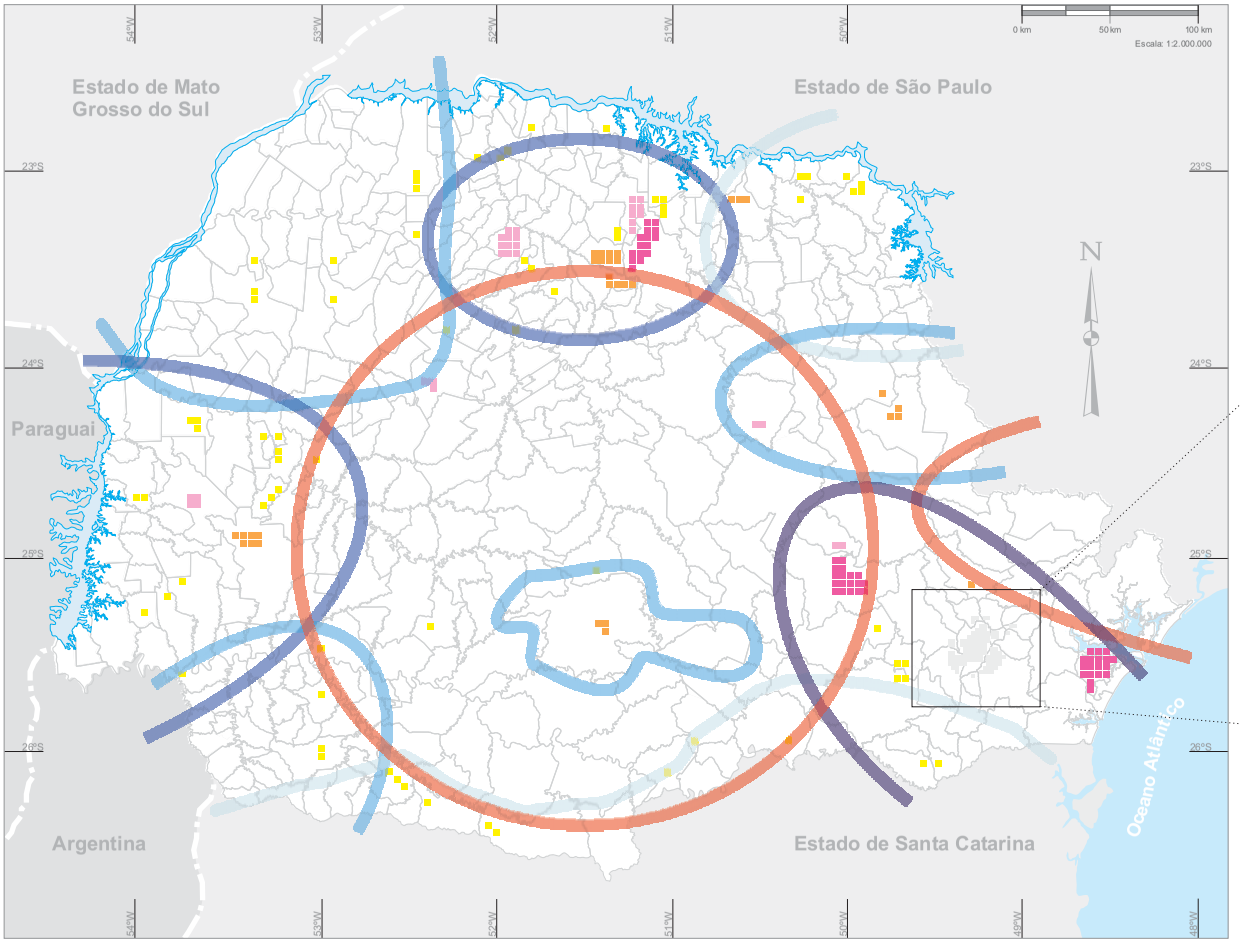
Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional

- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima

Espacialidade socialmente crítica

- Crítica

FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 2004



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 8

PARTICIPAÇÃO DO FATURAMENTO DAS INDÚSTRIAS ENTRE AS 300 MAIORES NO PARANÁ NO TOTAL DO FATURAMENTO INDUSTRIAL

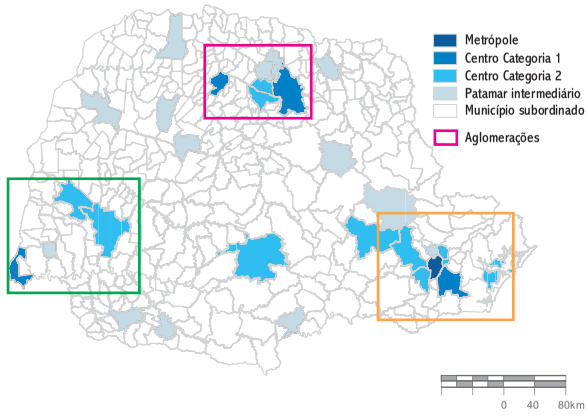
% do faturamento
- >= 10
- >= 3 a < 10
- >= 1 a < 3
- >= 0,5 a < 1
- >= 0 a < 0,5

Espacialidade com relevância, concentração e densidade econômica e institucional
- Extrema
- Elevada
- Média
- Mínima
- Espacialidade socialmente crítica

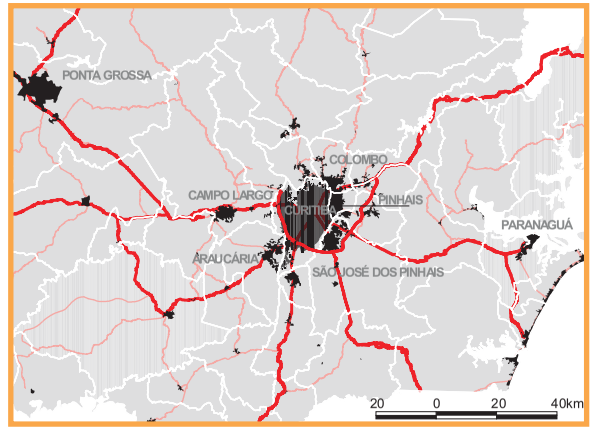
FONTE: SEFA

BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 2004

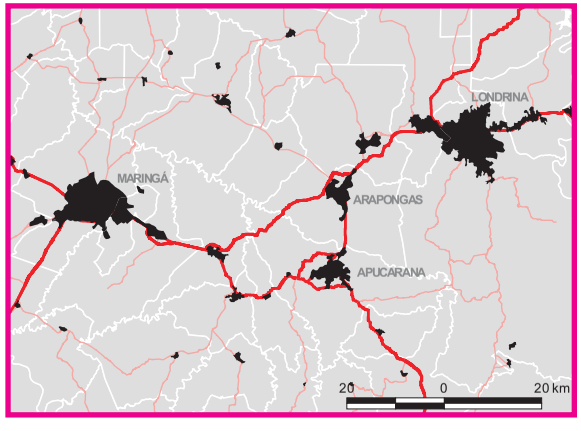
FIGURA 1
HIERARQUIA DOS CENTROS E AGLOMERAÇÕES URBANAS



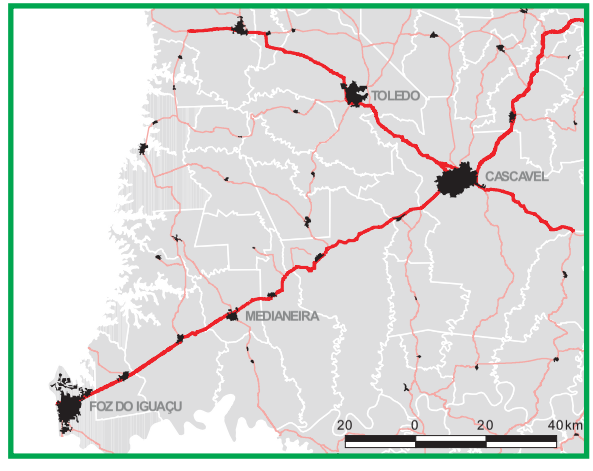
1º ESPAÇO



2º ESPAÇO



3º ESPAÇO

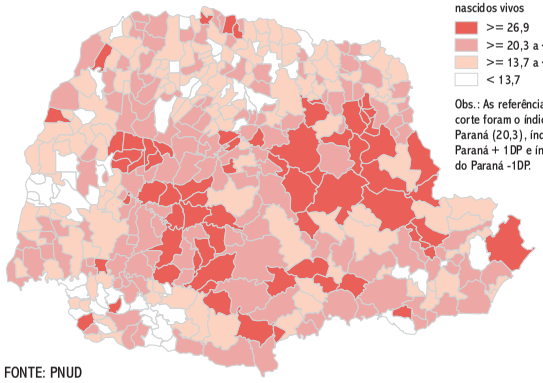


Mancha urbana
Sistema viário principal
Sistema viário secundário

N

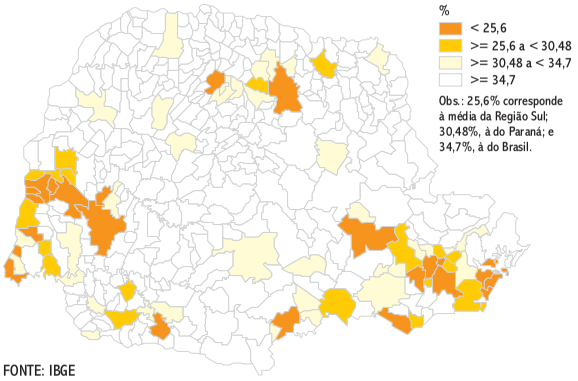
FONTE: IPARDES, Observatório das Metrópoles

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL - 2000



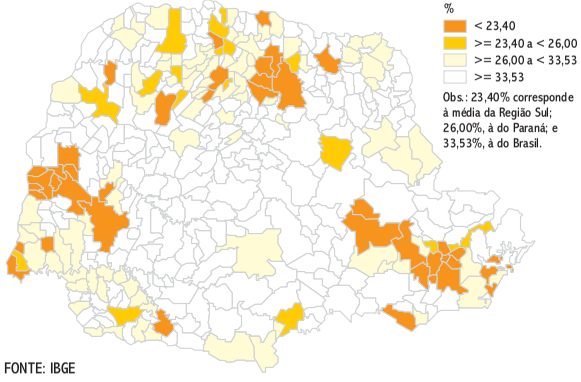
FONTE: PNUD

DOMICÍLIOS COM RESPONSÁVEL SEM INSTRUÇÃO OU COM ATÉ TRÊS ANOS DE ESTUDO - 2000



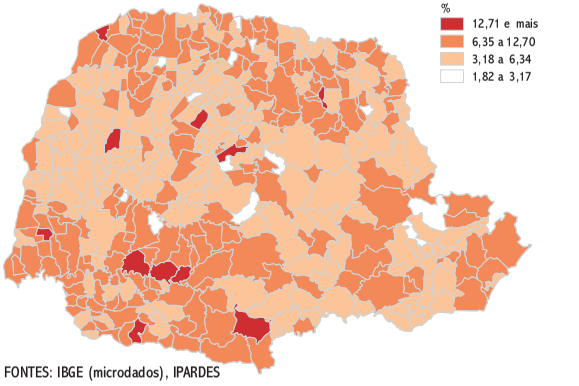
FONTE: IBGE

PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIO COM RENDA DE ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO OU SEM RENDA - 2000



FONTE: IBGE

DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO - 2000



FONTES: IBGE (microdados), IPARDES

ESTADO DO PARANÁ

FIGURA 2
INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS

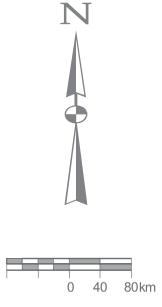
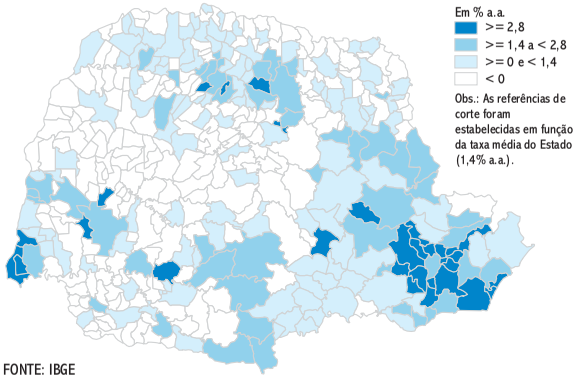


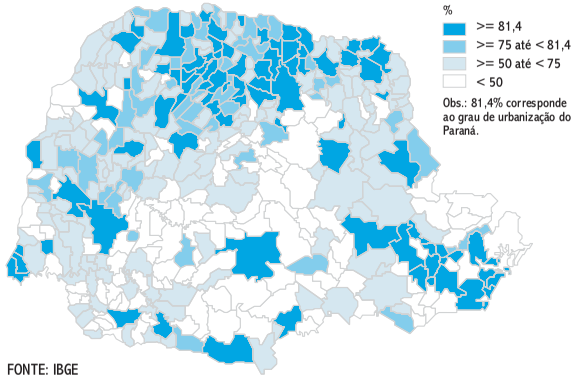
FIGURA 3
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E DO TRABALHO

TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO - 1991-2000



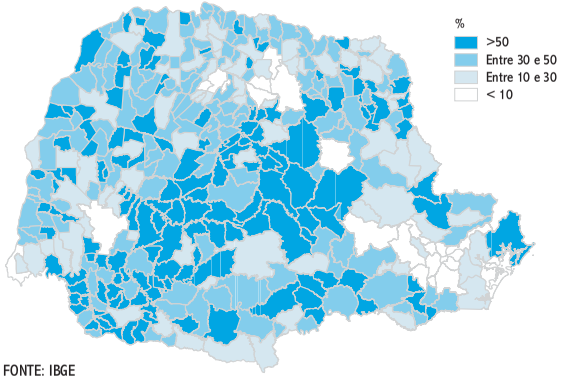
FONTE: IBGE

GRAU DE URBANIZAÇÃO - 2000



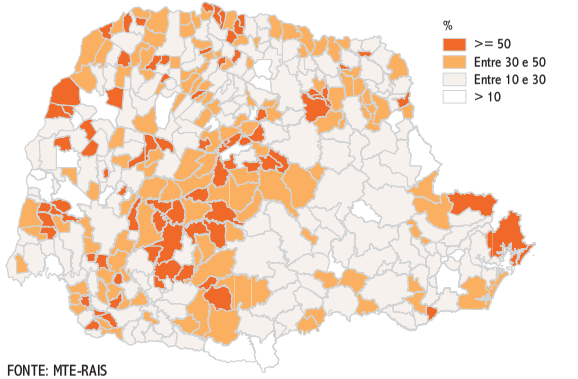
FONTE: IBGE

PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS NA AGROPECUÁRIA NO TOTAL DOS OCUPADOS DO MUNICÍPIO - 2000

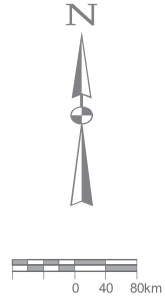


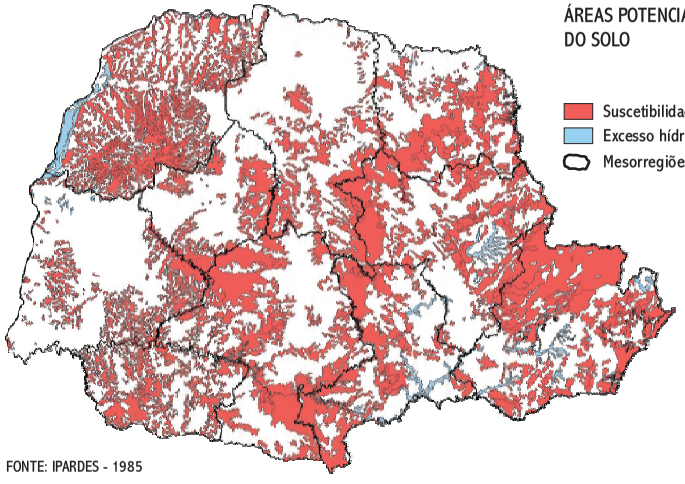
FONTE: IBGE

PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2003

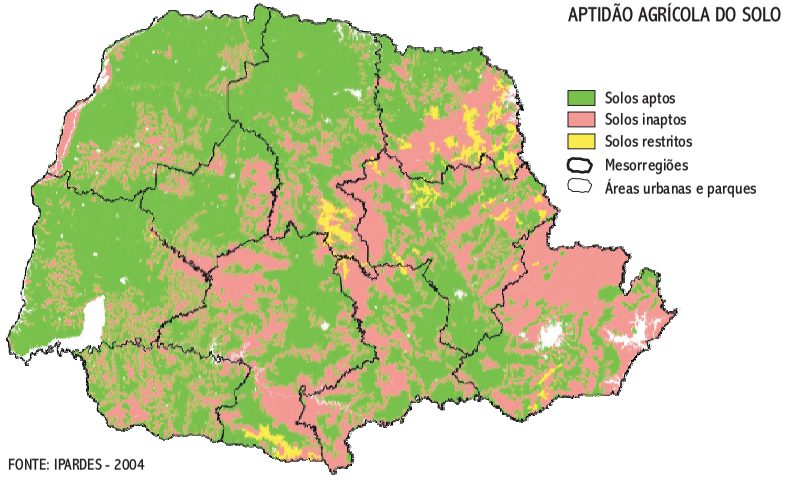


FONTE: MTE-RAIS





FONTE: IPARDES - 1985



FONTE: IPARDES - 2004

ESTADO DO PARANÁ

FIGURA 4
APTIDÃO E POTENCIAL
DE USO AGRÍCOLA

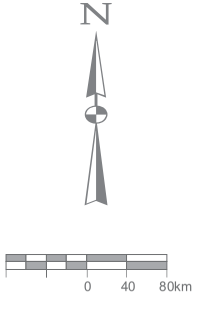
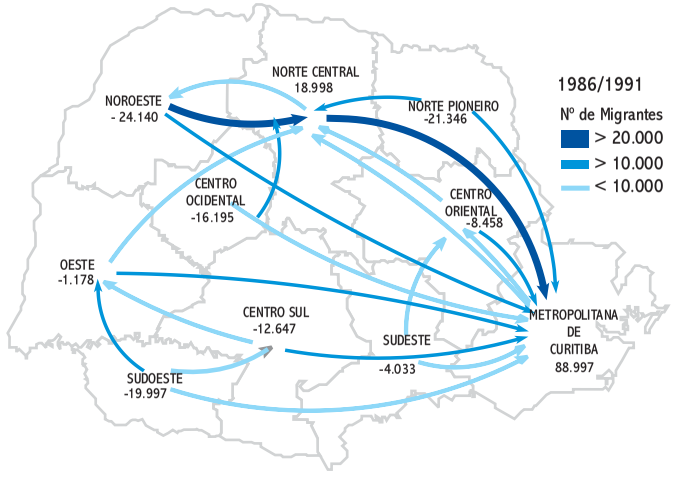
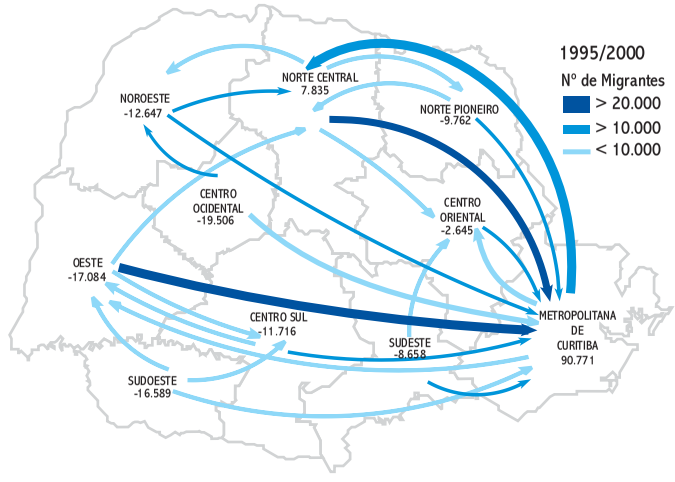


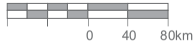
FIGURA 5
PRINCIPAIS FLUXOS
MIGRATÓRIOS
INTERMESORREGIONAIS

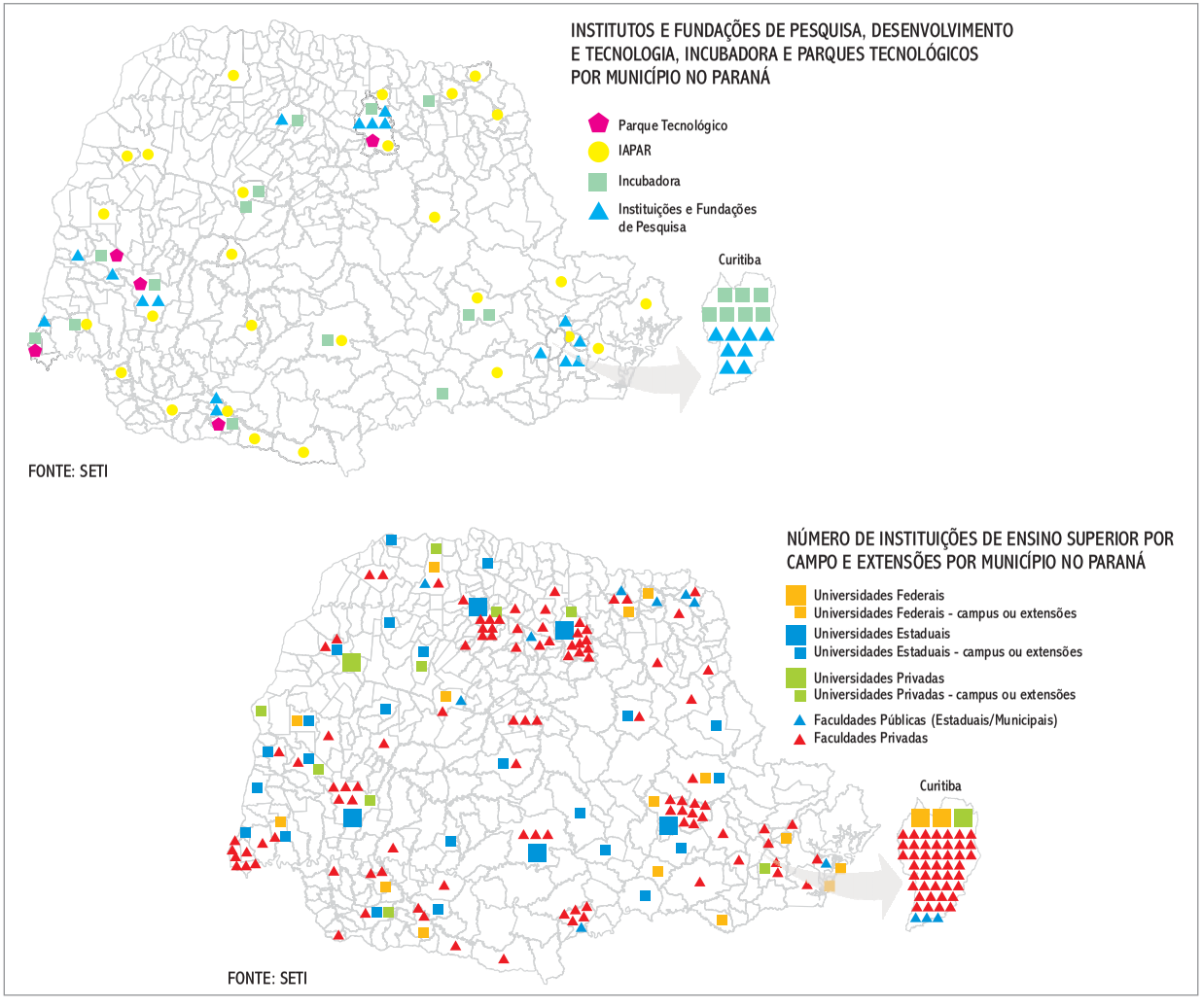


FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), IPARDES



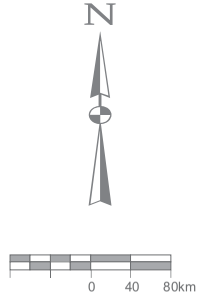
FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), IPARDES





ESTADO DO PARANÁ

FIGURA 6
INFRA-ESTRUTURA
TÉCNICO-CIENTÍFICA



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL

IPARDES INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Rua Máximo João Kopp, 274 - Centro Administrativo Regional Santa Cândida - Bloco 2
Cep 82630-900 - CURITIBA-PR - Tel.: (41)3351-6335 e 3351-6345 - Fax: (41)3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br